

CULTURA – PARTE 2

1. SOCIEDADES SIMPLES E COMPLEXAS

Uma das principais características da Antropologia no século XX foi a crescente variação de objetos de interesse. Se a orientação inicial foi o estudo de sociedades pequenas e isoladas (muitas delas vivendo em ilhas), aos poucos outras fontes de estudo foram encontradas, como as sociedades ditas “complexas”.



A oposição entre “simples” e “complexas” foi uma das formas empregadas para distinguir as sociedades. Esses termos, porém, são problemáticos, pois todos os antropólogos correriam a afirmar que nenhuma sociedade é realmente simples e todas elas, a seu modo, são complexas.

A oposição é mais evidente em outros aspectos: sociedades “complexas” seriam aquelas que combinam uma grande escala de tamanho, a presença do Estado, fortes diferenças culturais internas e ainda uma diferenciação social destacada. Embora o termo “sociedade complexa” seja enganador, por inferir que existem sociedades não complexas, a expressão ganhou espaço e marcou a história da Antropologia.

Sociedades como a chinesa, as pré-colombianas, as da Europa medieval, todas podem ser consideradas complexas, assim como as sociedades das quais os antropólogos faziam parte.

A passagem da primeira para a segunda metade do século XX marcou um avanço da Antropologia no estudo das sociedades europeias, americanas e de grandes nações do mundo todo. Ao desviar o foco das pequenas sociedades, a Antropologia passou também a observar as grandes.

A princípio isso foi feito com base em conceitos elaborados para estudar sociedades pequenas, como as que vimos até aqui. Mas aos poucos os estudiosos perceberam que outras categorias eram necessárias para pensar as sociedades ditas complexas.

Ainda assim, os métodos e conceitos dedicados às sociedades “simples” levaram os antropólogos a buscar nas sociedades de grande escala fenômenos semelhantes aos observados nas sociedades pequenas. Essa tendência é ainda muito forte na Antropologia: estudar grupos marginais e discriminados no interior das sociedades complexas.



Muitos antropólogos estudam aqueles grupos que de imediato passam uma ideia de diferença mais acentuada no interior de uma sociedade complexa. E quais são esses grupos?

Nos Estados Unidos, por exemplo, os primeiros estudos de contextos “complexos” se referiram aos imigrantes, que chegavam aos milhares durante a primeira metade do século XX. Ou seja, os antropólogos procuravam os grupos em que a diferença cultural era mais evidente.

Também foram estudadas populações rurais, assim como populações indígenas que iam sendo incorporadas à força às sociedades nacionais, e cujos indivíduos se viram obrigados a adotar novas estratégias de sobrevivência. Mas o olhar dos estudiosos sempre imaginava que aquelas populações tão diferentes iriam lentamente se adaptar e se assemelhar aos dominadores ou às majorias, no caso dos imigrantes.

O conceito de cultura, bem como os conceitos de estrutura social e de função não explicavam suficientemente bem essas realidades. Isso porque esses conceitos tinham como pressupostos alguma estabilidade duradoura, o que não acontecia no interior das “sociedades complexas”. As coisas mudavam! Os antropólogos norte-americanos tentaram enquadrar essas realidades fugidias no conceito de cultura, cunhando termos como **aculturação**.

Aculturação: processo resultante do contato mais ou menos direto e contínuo entre dois ou mais grupos sociais em que cada um desses grupos assimila, adota ou rejeita elementos da cultura do outro. Pode ser recíproco ou unilateral e eventualmente implicar subordinação política. Como conceito antropológico, teve grande aceitação na primeira metade do século XX; mais tarde, foi duramente criticado.

Acreditavam que do encontro entre grupos muito distintos, o mais frágil deles lentamente se assemelharia ao mais forte. Os ingleses, por sua vez, fazendo pesquisas na África, simplesmente ignoravam as transformações pelas quais passavam os grupos que estudavam e tentavam retratá-los como deveriam ser antes da chegada dos europeus.

A princípio, para entender essa diversidade, os antropólogos só contavam com os instrumentos usados no estudo das sociedades pequenas. Assim, começaram a praticar Antropologia em sociedades complexas entre os grupos mais excluídos. Mas mesmo nesses contextos, aquelas ferramentas pensadas a partir de uma noção de estabilidade não se mostraram muito eficazes.

Então, novas ideias foram desenvolvidas. A partir da década de 1960, as noções de etnicidade e identidade passaram a ganhar importância.

2. ETNICIDADE

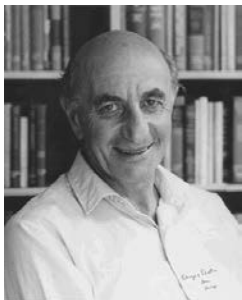
O termo etnicidade já rondava a história da Antropologia desde o começo do século XX, mas só a partir da década de 1960 a expressão aparece como forma cada vez mais comum de pensar a diferença.

Nesse momento histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, as nações africanas estavam se tornando independentes e guerras de libertação nacional se espalhavam pelo mundo.

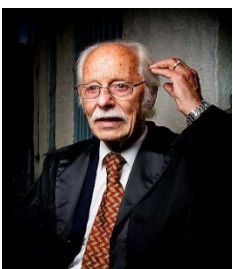
Todos esses processos sociais desestabilizaram as percepções da Antropologia e desafiaram as noções de equilíbrio, tão importantes até então.

Em um mundo em intensa transformação, com o avanço do sistema capitalista produzindo mudanças radicais, era cada vez mais difícil pensar as sociedades em termos de estabilidade.

Também ocorriam transformações no interior das sociedades europeias e norte-americanas: conflitos internos, discriminações, racismo crescente, fluxos migratórios.



Na Inglaterra, uma nova geração de antropólogos comandada por **Max Gluckman** (1911-1975), começava a analisar as relações entre as sociedades “simples” e os impérios coloniais. Conhecida como escola de Manchester, essa geração se dedicou a estudar a mudança social e as transformações relacionadas aos processos de descolonização e independência na África e na Ásia. Entre os estudiosos desse grupo, o conceito de etnicidade tornou-se central.



Outro antropólogo que contribuiu para o desenvolvimento da noção de etnicidade foi o norueguês **Fredrik Barth** (1928-) formado em Cambridge, cujo trabalho influenciou alguns membros da escola de Manchester.

O conceito de etnicidade descreve um grupo que se autodefine e é definido por outros como diferente, que supõe algum tipo de identificação

coletiva, como o compartilhamento de uma história comum.

O grupo étnico não é definido por seu conteúdo cultural, mas sim em contraposição a outros grupos. Um grupo étnico só se define em relação a outro, e o conceito de etnicidade é sempre relacional.

Não há etnicidade num grupo isolado, pois o que constitui a etnicidade é justamente o contraste com outros grupos. Por outro lado, os autores estão sempre atentos ao fato de que a etnicidade é um poderoso instrumento de mobilização política, utilizado para legitimar lutas por diferentes tipos de direitos.

As lutas das minorias discriminadas nas sociedades centrais do capitalismo foram acompanhadas do uso dos termos etnicidade e identidade étnica. Imigrantes eram étnicos, indígenas no seio de sociedades complexas e minorias raciais também.

Esse conjunto de populações demonstrava que a diferença continuava a existir nas sociedades complexas: não ocorreu o processo de “aculturação” que alguns antropólogos haviam previsto. E ainda: a essas “diferenças” estava atrelada uma carga significativa de injustiça social.

A ideia de minoria pode ser enganadora, pois nem sempre significa um número menor de pessoas: um grupo étnico pode ser mais numeroso em termos populacionais, mas muito fraco em termos de poder e de participação na distribuição da riqueza.

Na África do Sul, antes do fim do *apartheid*, uma minoria branca dominava completamente os recursos do país, enquanto a imensa maioria negra era excluída. Ou seja, o termo minoria também pode ser usado como referência aos grupos que concentram poder. Mas, nesses casos, a propriedade da etnicidade é que aqueles que dominam constroem um sistema no qual se inserem como a normalidade. Ou seja, os brancos são vistos como os “normais”, e todos os excluídos são “étnicos”.

A ideia de etnia refere-se aos não dominantes, pois os dominantes não se pensam como distintos ou fora da cultura predominante.

O exemplo dos conflitos étnicos demonstra a importância de entender como se dão os processos de construção de diferença, pois não se trata apenas de pensar e falar sobre diferença, mas de perceber as práticas geradas por essas construções.

Temos aqui o caso limite de práticas que são direcionadas para constituir políticas violentas de exclusão e até de extermínio, a partir da manipulação das diferenças culturais.

O conceito de etnicidade se contrapõe ao conceito de aculturação (ou assimilação), que foi um dos desenvolvimentos do conceito de cultura.

Os teóricos da aculturação previam que aquelas populações diferentes (como os imigrantes e os indígenas), lançadas no interior de uma sociedade

nacional, lentamente deixariam de ser “diferentes” e passariam a fazer parte da sociedade nacional.

Mas não foi isso o que aconteceu. Pelo contrário: ocorreu um fortalecimento dos “diferentes”, que passaram a reivindicar o reconhecimento de seus direitos nas esferas políticas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a intensificação do movimento negro levou a transformações sociais imensas, que incluíram as políticas de cotas para minorias historicamente excluídas.

Essa ação política dos excluídos foi mais bem analisada da perspectiva de etnicidade do que da de cultura. Como o conceito de cultura levava a imaginar uma única cultura nacional, as reivindicações de minorias não se encaixavam nos quadros de explicação.

Conflitos étnicos

É comum encontrar na mídia o termo “étnico” associado a conflitos de todo tipo. Em geral a expressão “conflito étnico” descreve tensões entre grupos no interior de Estados nacionais no mundo contemporâneo.

Essas tensões apresentam graus variados de intensidade, desde situações não violentas, como é o caso do nacionalismo na província de Quebec, no Canadá, que opõe quebequenses aos demais canadenses, até conflitos que degeneram em guerras de extermínio e por vezes resultam no fracionamento de Estados-nação divididos pelo conflito. Esse foi o caso da ex-Iugoslávia e dos conflitos entre sérvios, croatas, bósnios, albaneses e eslovenos.

Naquele contexto, além das distinções culturais, havia diferenças religiosas importantes entre cristãos e muçulmanos.

A guerra civil iugoslava, ocorrida na década de 1990, resultou em mais de 100 mil mortos, em ações de “limpeza étnica” e na origem de novos Estados nacionais.

Alguns intelectuais têm chamado esse fenômeno de “retribalização”, mas para o antropólogo norueguês Fredrik Barth trata-se na realidade de processos políticos em que alguns líderes manipulam identidades étnicas com interesses específicos.

Segundo Barth, a mobilização para o conflito não é uma expressão de sentimentos coletivos, mas sim resultado de ações políticas estratégicas. Para esse autor, as tensões étnicas que têm potencial de gerar violência podem ser combatidas politicamente.

Portanto, as identidades étnicas podem ser manipuladas por interesses específicos, em geral de políticos medíocres que utilizam a manipulação e a disseminação de preconceitos e rancores para se legitimar politicamente. Podemos observar essa dimensão dos fenômenos étnicos no avanço dos partidos ultranacionalistas na Europa. Esses partidos

estimulam o preconceito contra imigrantes (que pode ser considerado um preconceito étnico), responsabilizando-os pelas mazelas econômicas que vêm ocorrendo na Europa.

3. IDENTIDADE

Se etnicidade se referia a algum tipo de ancestralidade comum (imigrantes, populações negras, indígenas, etc.), muitas outras diferenças não tinham mais essa conotação: entre um ultrarreligioso negro e um ativista por direitos homoafetivos negro, a diferença pode ser tão grande quanto aquela entre um grupo indígena e uma sociedade nacional.

Como pensar essa diferença não atrelada necessariamente a uma ancestralidade comum?

A alternativa para pensar essa nova realidade complexa e fragmentada foi o conceito de identidade.

Ao contrário de outras ideias usadas para pensar a diferença, identidade não pressupõe uma ancestralidade comum; a prática social (a experiência de vida) é suficiente para produzir identidades entre grupos de pessoas.

A identidade é sempre vista como transitória, nunca pronta e acabada. É um processo em construção, modelado pela ação das pessoas que partilham coisas em comum.

Podemos pensar num grupo de religiosos budistas que desenvolve uma identidade a partir da prática do budismo, num grupo de homossexuais em busca de direitos familiares e na luta contra o preconceito, em grupos de *punks* que vivem segundo um modelo diferente.

A todos esses exemplos e a muitos outros pode ser atribuído o conceito de identidade: identidades religiosas, identidades sexuais, identidade *punk*.

O conceito de identidade é oportuno para pensar a diferença num mundo onde a fragmentação das opções de vida foi multiplicada ao extremo, onde múltiplas alternativas se apresentam a qualquer pessoa.

Como conceito, identidade nasce sem preocupação com estabilidade, continuidade ou qualquer ideia de completude. Os sujeitos podem, inclusive, modelar sua identidade pessoal a partir de várias identidades, combinando e compartilhando várias experiências identitárias.

Um *punk* negro pode amalgamar uma identidade baseada no estilo de vida *punk* e também na experiência de ser negro numa sociedade racista, por exemplo.

Num mundo fracionado pelo excesso de informação, a diferença social tem sido analisada sob a perspectiva do conceito de identidade, mas isso também levou a um tipo de análise que foca apenas o sujeito e suas escolhas, como se a identidade fosse uma espécie de mercadoria que cada pessoa pode assumir livremente.

O fato de que muitos grupos se definem pelo consumo de determinadas mercadorias levou a uma associação entre o conceito de identidade e o mercado de consumo.

Se na esfera do senso comum cada vez mais a identidade assume a feição de personalidade individual moldada por estilos de consumo, nas Ciências Sociais a importância da “vida em comum” continua a ser muito relevante.

A identidade contém tanto aquilo que escolhemos como aquilo que não escolhemos. Aquela parte da vida social que não controlamos é fundamental na formação da identidade: assim, a exclusão racial, a discriminação sexual, a intolerância religiosa, por exemplo, são fatores sociais que as pessoas não controlam, mas que podem moldar suas identidades.

As identidades comportam tanto nossas heranças culturais como novas formas de pensar o mundo, apresentadas pelas novas tecnologias de comunicação.

4. A QUESTÃO DO GÊNERO

4.1 Feminismo e estudo de gênero

Os estudos de gênero se iniciaram na década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, em que outros grupos sociais, como os negros e homossexuais, também se organizavam para reivindicar o direito à diferença.

Nesses movimentos, embora as mulheres militassem da mesma forma que os homens, seu papel era considerado secundário, com os homens nas funções de comando dentro da militância, o que levou à problematização das questões de gênero nesse contexto.

No Brasil os estudos de gênero, também chamados de relações de gênero, emergem durante a década de 1970/80, em torno da problemática da “condição feminina”. Inicialmente acreditava-se que havia um problema da mulher, que deveria ser pensado unicamente pelas mulheres, já que, durante séculos, os homens as silenciaram e reprimiram.

Na década de 1980 os estudos sobre a “condição feminina” dão espaço aos estudos sobre as mulheres, já que não é possível falar de uma única condição feminina no Brasil e no mundo: há diferenças de classe, idade, raça/etnia, orientação sexual. No entanto, permanece a referência a uma unidade biológica: todas as mulheres se reconheceriam pela morfologia do sexo feminino (seios, vagina, útero).

Na década de 1990 chega ao Brasil o conceito de gênero para assinalar que as características e comportamentos que reputamos como naturais de um gênero são construções sociais e culturais e que, portanto, não podem ser interpretadas como determinados por aspectos biológicos.

A partir de então, passa-se aos estudos de gênero, que buscam explicar como as diferenças entre mulheres e homens são utilizadas para justificar, e até mesmo legitimar, desigualdades. Os estudos de gênero emergem na mesma época em que eclode a chamada segunda onda do feminismo, revelando o diálogo entre o feminismo e as teorias sociais, constituindo, também, base teórica e científica para a contestação das desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Nos estudos de gênero, o termo *gênero* é usado para se referir às construções sociais e culturais de masculinidades e feminilidades. Neste contexto, *gênero* explicitamente exclui referências para as diferenças biológicas e foca nas diferenças culturais.

A distinção entre o componente social do sexo feminino e a sua base biológica é discutida na contemporaneidade.

A filósofa e feminista Simone de Beauvoir aplicou o existencialismo para a experiência de vida da mulher: “Ninguém nasce mulher, torna-se”. No contexto é um testemunho filosófico, entretanto é uma verdade sociológica – a maturidade em relação ao contexto social é aprendida, não instintiva – e verdade nos estudos de gênero – a feminilidade como uma aprendizagem social e cultural.

A filósofa Judith Butler analisa, de maneira crítica, a dicotomia entre sexo e gênero. Para ela, os corpos sexuados podem ser base para uma variedade de gêneros e que o gênero não se limita apenas às duas possibilidades usuais.

Esse desdobramento do conceito de gênero foi dado nos anos 1990, através da teoria *queer*, que questiona a normatividade heterossexual e ressalta o “aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade”.

Para Butler o gênero é uma performance que se dá em qualquer corpo, “portanto desconectado da ideia de que a cada corpo corresponderia somente um gênero”. Ela percebe o corpo da mesma forma que o gênero, como um construto cultural, ressaltando o aspecto cultural/social da vinculação entre sexo e gênero.

Com a proposição de gênero como performance, Butler também vai solapar o peso metafísico da identidade (de gênero). Para ela, não há identidades que precedam o exercício das normas de gênero, é o exercício mesmo que termina por criar as normas.

4.2 Status legal

O sexo masculino ou feminino das pessoas possui significância legal – sexo é indicado em documentos legais, e leis agem diferentemente sobre homens e mulheres. Muitos sistemas de pensão possuem idades de aposentadoria diferentes para

homens ou mulheres. O casamento é permitido geralmente para casais de sexo opostos.

A questão que surge é sobre o que determina alguém como masculino ou feminino. Na maioria dos casos isto pode parecer óbvio, mas a questão se complica para pessoas intersexuais ou transgênero. Jurisdições diferentes têm adotado respostas diferentes para esta questão.

Praticamente todos os países permitem mudança do status legal de gênero nos casos de intersexualidade, quando o gênero designado no nascimento é considerado biologicamente incerto – tecnicamente, entretanto, esta não é uma mudança de status por si. É um reconhecimento de um status que já existia, mas desconhecido, no nascimento. Nos últimos tempos, jurisdições também têm provido de procedimentos para mudanças no gênero legal de pessoas transgêneros.

O gênero designado, quando há indicações de que a genitália sexual pode não ser decisiva em casos particulares é normalmente definida por uma série de condições, incluindo cromossomos e gônadas. Assim, por exemplo, em muitas jurisdições uma pessoa com cromossomos XY mas com gônadas femininas pode ser reconhecida como feminina no nascimento.

O Supremo Tribunal Federal iniciou julgamento de recurso extraordinário em que se discutia a reparação de danos morais a transexual que teria sido constrangida por funcionário de “shopping center” ao tentar utilizar banheiro feminino.

O Ministro Roberto Barroso (relator) deu provimento ao recurso extraordinário para que fosse reformado o acórdão recorrido e restabelecida a sentença que condenara o estabelecimento a pagar indenização de R\$ 15 mil pela retirada da transexual do banheiro. Além disso, propôs a seguinte tese para efeito de repercussão geral:



“Os transexuais têm direito a serem tratados socialmente de acordo com a sua identidade de gênero, inclusive na utilização de banheiro de acesso público”.

O Ministro Edson Fachin acompanhou o relator, porém majorou a indenização para R\$ 50 mil e determinou a reatuação dos autos com o nome social da recorrente.

Desse modo, destaca-se que a Suprema Corte foi instada a se manifestar acerca de um fato novo que a cada dia se faz mais presente em na sociedade: a identidade de gênero, ou seja, aquele com o qual a pessoa se identifica, não havendo, necessariamente, correspondência com características físicas do indivíduo.

Cuida-se em esclarecer que não se trata de orientação sexual, uma vez que esta refere-se à opção em se relacionar com outras pessoas, de mesmo sexo ou não.

Assim, um indivíduo do sexo masculino, que se projeta e identifica com uma alma feminina, ou vice-versa, precisa ter sua proteção igualmente regulamentada por Direito. E mais, em caso de qualquer violação a direito da personalidade, precisa da eficaz atuação do Poder Judiciário.

E foi com o costumeiro acerto que o STF entendeu que transexuais tenham seus direitos respeitados, sob pena de ser estipulada indenização em caso de eventual violação.

A interpretação e a decisão da Corte Suprema evidenciam que ninguém pode ser discriminado por uma escolha fundada no exercício do direito de diversidade para encontrar a perfeita adequação da dignidade humana, justamente para que se possa exigir os ditames de justiça tão proclamados nos dias atuais.

5. TROCAS CULTURAIS E CULTURAS HÍBRIDAS

No mundo globalizado em que vivemos, tendo nosso cotidiano invadido por situações e informações provenientes dos mais diversos lugares, é possível afirmar que há uma cultura “pura”? Até que ponto chegou o processo de mundialização da cultura?

Em seu livro *Culturas híbridas*, o pensador argentino Néstor Garcia Canclini analisa essas questões. Lançando um olhar sobre a história, ele declara que, até o século XIX, as relações culturais ocorriam entre os grupos próximos, familiares e vizinhos, com poucos contatos externos.

Os padrões culturais resultavam de tradições transmitidas oralmente e por meio de livros, quando alguém os tinha em casa, porque bibliotecas públicas ou mesmo escolares eram raras.

Os valores nacionais eram quase uma abstração, pois praticamente não havia a consciência de uma escala tão ampla.

Já no século XIX e início do século XX, cresceu a possibilidade de trocas culturais, pois houve um grande desenvolvimento dos meios de transporte, do sistema de correios, da telefonia, do rádio e do cinema.

As pessoas passaram a ter contato com situações e culturas diferentes. As trocas culturais efetivadas a partir de então ampliaram as referências para avaliar o passado, o presente e o futuro.

O mundo não era mais apenas o local em que um grupo vivia. Tornou-se muito mais amplo, assim como as possibilidades culturais.

A cultura nacional passou a ter determinada constituição e os valores e bens culturais de vários povos ou países cruzaram-se, com a consequente ampliação das influências recíprocas.

No decorrer do século XX, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, o cinema, a televisão e a internet tornaram-se instrumentos de trocas culturais intensas, e os contatos individuais e sociais passaram a ter não um, mas múltiplos pontos de origem.

Desde então as trocas culturais são feitas em tal quantidade que não se sabe mais a origem delas. Elementos de culturas antes pouco conhecidas aparecem com força em muitos lugares, ao mesmo tempo. As expressões culturais dos países centrais, como os Estados Unidos e algumas nações da Europa, proliferam em todo o mundo.

As culturas de países distantes ou próximos se mesclam a essas expressões, construindo culturas híbridas que não podem ser mais caracterizadas como de um país, mas como parte de uma imensa cultura mundial.

Isso não significa que as expressões representativas de grupos, regiões ou até de nações tenham desaparecido. Elas continuam presentes e ativas, mas coexistem com essas culturas híbridas que atingem o cotidiano das pessoas por meios diversos, como a música, a pintura, o cinema e a literatura, normalmente fomentadas pela concentração crescente dos meios de comunicação.

Alguém poderia perguntar: Por que essas formas particulares, grupais, regionais ou nacionais deveriam existir no universo cultural mundial, já que vivemos num mundo globalizado?

Em seu livro *Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*, o sociólogo holandês Joost Smiers responde que assim haveria a possibilidade de uma diversidade cultural ainda maior e mais significativa; haveria uma democracia cultural de fato à disposição de todos. Em suas palavras: “A questão central é a dominação cultural, e isso precisa ser discutido com propostas alternativas para preservar e promover a diversidade no mundo”

6. ÍDIOS NO BRASIL

Antes da chegada dos portugueses, o que viria a ser o Brasil era uma área densamente povoada por uma enorme diversidade de populações indígenas. Os processos levados a cabo por esse contato resultaram em grandes mudanças, como o avanço da mortalidade, a desestruturação de sociedades e sua dispersão, grandes deslocamentos, que por sua vez produziram

também conflitos entre populações indígenas, ajuntamentos de remanescentes de diferentes etnias.



A história das populações indígenas no Brasil desmente a imagem fantasiosa de povos cujo modo de vida permaneceu o mesmo desde a chegada dos europeus ao continente americano. Estudos antropológicos, arqueológicos e linguísticos indicam intensos processos de transformação, adaptação e mudança entre as populações indígenas, processos dos quais temos apenas alguns vislumbres, já que as fontes para o estudo são raras ou inexistentes.

Segundo a antropóloga luso-brasileira Manuela Carneiro da Cunha (1943-), à época da chegada (que podemos qualificar como invasão) dos portugueses ao território que viria a ser o Brasil, havia aqui algo entre 1 e 8,5 milhões de indígenas (as estimativas são muito imprecisas).

Em 150 anos, acredita-se que até 95% dessa população tenha sido dizimada, seja por doenças espalhadas pelos europeus, seja pelo confronto direto, seja por guerras decorrentes dos deslocamentos provocados pela colonização ou ainda pelos rigores do trabalho forçado.

No início da colonização, os portugueses mantiveram contatos relativamente amigáveis com os indígenas, mas logo passaram a escravizá-los, obrigando-os a trabalhar. Entretanto, os indígenas foram também aliados dos colonizadores nas lutas para conter ou expulsar franceses, holandeses e espanhóis, como uma “fronteira viva”, segundo afirma a antropóloga brasileira Nadia Farage (1959-).

Entre os séculos XVII e XVIII, prevaleceu o modelo de catequização jesuítica, o que gerou conflitos em torno do trabalho forçado e disputas políticas com a Coroa portuguesa. Após a expulsão dos jesuítas em 1759, não havia vozes em defesa dos indígenas nem contrários à ocupação de suas terras.

No século XIX, com o avanço da escravidão africana, o foco mudou: nesse momento interessavam mais as terras do que o trabalho dos indígenas. Após séculos de opressão, em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que em 1967 foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O Estado implantou uma política indigenista voltada para o “progresso”, pela qual os índios eram

vistos como empecilho. Indígenas eram contatados para serem realocados, e a seguir vinha o “progresso” com estradas, tratores, cidades. Ao mesmo tempo, grandes empreendimentos de catequização, como o dos religiosos salesianos no alto Rio Negro, continuaram a atuar, com base em aldeamentos, abandono de crenças tradicionais, estudo formal e catequese.

Na década de 1980 consolidou-se um discurso militarista contra os indígenas, vistos como ameaça à segurança nacional por estarem em zonas fronteiriças. Entretanto, a Constituição de 1988 marcou uma virada na percepção dos indígenas: foram deixadas de lado as iniciativas de “civilizá-los” e formulados artigos que reconhecem o direito de suas populações à posse da terra e à conservação de seus costumes e tradições.

Hoje, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há no Brasil cerca de 240 povos indígenas, falantes de mais de 180 línguas diferentes. De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, somam 817 963 pessoas, das quais 502 783 vivem em áreas rurais. Correspondem a 0,42% da população brasileira.

7. PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

Patrimônio é tudo aquilo que nos pertence. É a nossa herança do passado e o que construímos hoje. É obrigação de todos nós, preservar, transmitir e deixar todo esse legado, às gerações vindouras.

Do patrimônio cultural fazem parte bens imóveis tais como castelos, igrejas, casas, conjuntos urbanos, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral.



Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato. Nos bens imateriais considera-se a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes.



Um local denominado patrimônio mundial é reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) como tendo importância mundial para a preservação dos patrimônios históricos e naturais de diversos países.

As entidades que procedem à identificação e classificação de certos bens como relevantes para a cultura de um povo, de uma região ou mesmo de toda a humanidade, visam também a salvaguarda e a proteção desses bens, de forma que cheguem devidamente preservados às gerações vindouras, e que possam ser objeto de estudo e fonte de experiências emocionais para todos aqueles que os visitem ou deles usufruam.

A UNESCO promoveu em 1972 um tratado internacional denominado Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural visando promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade.

Como complemento desse tratado foi aprovada em 2003 uma nova convenção, desta vez especificamente sobre o patrimônio cultural imaterial.

A Constituição Federal de 1988 estabelece:

“Artº 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Para além de signatário da Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural e da Convenção sobre o patrimônio cultural imaterial, a proteção dos bens culturais em território brasileiro está garantida pela Lei Federal nº 25, de 30 de Novembro de 1937 que define as regras do “tombamento”

(inventariação) dos bens pertencentes ao "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", bem como a proteção que esses bens ficam sujeitos no sentido da sua preservação e conservação.

No sentido do apoio ao patrimônio cultural é ainda a Constituição Federal no seu artº216 faculta aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.

O órgão nacional encarregado de promover a proteção patrimonial é o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937.

Segundo estudo da Universidade Federal de Viçosa, 100% das edificações brasileiras de relevância histórica, principalmente igrejas e casarões, estão ameaçadas pelos cupins, carunchos, traças, brocas e outros insetos xilófagos. Segundo o professor e engenheiro florestal Norivaldo dos Anjos, "se não forem tomadas medidas urgentes e eficazes, o país perderá, no máximo em 50 anos, os acervos dos séculos 17, 18 e 19, que guardam a memória e atraem turismo".

8. CULTURA ERUDITA E POPULAR

A separação entre cultura popular e erudita, com a atribuição de maior valor à segunda, está relacionada à divisão da sociedade em classes, ou seja, é resultado e manifestação das diferenças sociais.

Há, de acordo com essa classificação, uma cultura identificada com os segmentos populares e outra, superior, identificada com as elites.



A cultura erudita abrangeria expressões artísticas como a música clássica de padrão europeu, as artes plásticas — escultura e pintura —, o teatro e a literatura de cunho universal.

Esses produtos culturais, como qualquer mercadoria, podem ser comprados e, em alguns casos, até deixados de herança como bens físicos.

A chamada cultura popular encontra expressão nos mitos e contos, danças, música — de sertaneja a cabocla —, artesanato rústico de cerâmica ou de madeira e pintura; corresponde, enfim, à manifestação genuína de um povo. Mas não se restringe ao que é tradicionalmente produzido no meio rural.

Inclui também expressões urbanas recentes, como os grafites, o *hip-hop* e os sincretismos musicais oriundos do interior ou das grandes cidades, o que demonstra haver constante criação e recriação no universo cultural de base popular. Nesse universo quem cria é o povo, nas condições possíveis. A palavra *folclore* (do inglês *folklore*, junção de *folk*, "povo", e *lore*, "saber") significa "discurso do povo", "sabedoria do povo" ou "conhecimento do povo".

Para examinar criticamente essa diferenciação, voltemos ao termo *cultura*, agora segundo a análise do pensador brasileiro Alfredo Bosi.

De acordo com Bosi, não há no grego uma palavra específica para *cultura*, há, sim, uma palavra que se aproxima desse conceito, que é *paideia*, "aquilo que se



ensina à criança", "aquilo que deve ser trabalhado na criança até que ela se transforme em adulta".

A palavra *cultura* vem do latim e designa "o ato de cultivar a terra", "de cuidar do que se planta", ou seja, é o trabalho de preparar o solo, semear e fazer tudo para que uma planta cresça e dê frutos.

Cultura está assim vinculada ao ato de trabalhar, a determinada ação, seja a de ensinar uma criança, seja a de cuidar de um plantio. Se pensarmos nesse sentido original, todos têm acesso à cultura, pois todos podem trabalhar.

Para escrever um romance, é preciso trabalhar uma narrativa; para fazer uma toalha de renda, uma música, uma mesa de madeira ou uma peça de mármore, é necessário trabalhar.

Para Bosi, isso é cultura. E é por essa razão que os produtos culturais gerados pelo trabalho chamam-se *obras*, que vem de *opus*, derivado do verbo *operar*, ou seja, é o processo de fazer, de criar algo.

Se uma pessoa compra um livro, um disco, um quadro ou uma escultura, vai ao teatro ou a exposições, adquire, mas não produz cultura, ou seja, ela pode possuir ou ter acesso aos bens culturais gerados pelo trabalho, sem produzi-los.

Esses bens servem para proporcionar deleite e prazer, e são usados por algumas pessoas para afirmar e mostrar que "possuem cultura", quando são apenas consumidoras de uma mercadoria como qualquer outra. Não ter acesso a esses bens não significa, portanto, não ter cultura.

Há em muitos países órgãos públicos que procuram desenvolver ações para “conservar a cultura popular original”, com certo receio de que ela não resista ao avanço da indústria cultural.

Ora, os produtos culturais são criados em determinadas condições, remodelando-se continuamente, como ocorre com as festas, as músicas, as danças, o artesanato e outras tantas manifestações.

Nesse sentido, é necessário analisar a cultura como processo, como ato de trabalho no tempo que não se extingue. A criação cultural não morre com seus autores, e basta que o povo exista para que ela sobreviva.

Entenda-se aqui povo não como uma massa amorfa e homogênea de oprimidos submissos, mas como um conjunto de indivíduos, com ideias próprias e capacidade criativa e produtiva, que resiste muitas vezes silenciosamente, sobretudo por meio da produção cultural, como seus cantos e festas.

A cultura é alguma coisa que se faz, e não apenas um produto que se adquire. É por isso que não tem sentido comparar cultura popular com cultura erudita. Quando afirmamos que *ter* cultura significa ser superior e *não ter* cultura significa ser inferior, utilizamos a condição de *posse* de cultura como elemento para diferenciação social e imposição de uma superioridade que não existe. Isso é *ideologia*.

9. IDEOLOGIA

O termo ideologia foi utilizado inicialmente pelo pensador francês Destutt de Tracy (1754-1836), em seu livro *Elementos de ideologia* (1801), no sentido de “ciência da gênese das ideias”. Tracy procurou elaborar uma explicação para os fenômenos sensíveis que interferem na formação das ideias, ou seja, a vontade, a razão, a percepção e a memória.

Um segundo sentido de ideologia, o de “ideia falsa” ou “ilusão”, foi utilizado por Napoleão Bonaparte num discurso perante o Conselho de Estado, em 1812. Napoleão afirmou nesse discurso que seus adversários, que questionavam e perturbavam a sua ação governamental, eram apenas metafísicos, pois o que pensavam não tinha conexão com o que estava acontecendo na realidade, na história.

Auguste Comte (1798-1857), em seu *Curso de filosofia positiva* (1830-1842), retomou o sentido de ideologia utilizado por Tracy — o de estudo da formação das ideias, partindo das sensações (relação do corpo com o meio) — e acrescentou outro, o de conjunto de ideias de determinada época.

Karl Marx também não apresentou uma única definição de ideologia. No livro *A ideologia alemã* (1846), ele se referiu à ideologia como um sistema elaborado de representações e de ideias que correspondem a formas de consciência que os homens têm em determinada época.

Ele afirmou ainda que as ideias dominantes em qualquer época são sempre as de quem domina a vida material e, portanto, a vida intelectual.

Marx desenvolveu a concepção de que a ideologia é a inversão da realidade, no sentido de reflexo, como na câmara fotográfica, em que a imagem aparece “invertida”. Contraindo-se a muitos autores que acreditavam que as ideias transformavam e definiam a realidade, Marx afirmava que a existência social condicionava a consciência dos indivíduos sobre a situação em que viviam.

Assim, para Marx, as ideologias não são meras ilusões e aparências — e muito menos o fundamento da história —, mas são uma realidade objetiva e atuante.

No mesmo livro de Marx, pode-se encontrar a explicação de que a ideologia é resultante da divisão entre o trabalho manual e o intelectual. O trabalho intelectual esteve nas mãos da classe dominante e, assim, à medida que pôde “emancipar-se” da realidade concreta em que foi produzido e se transformar em teoria pura, pôde também transformar-se em teoria geral para todas as sociedades, sem levar em conta a história de cada uma delas.

Essa emancipação das ideias é muito bem exemplificada por Marx. Ele se refere a um indivíduo que afirmava que os homens só se afogavam porque estavam possuídos pela *ideia de gravidade*. Se abandonassem essa ideia, estariam livres de qualquer afogamento. Marx não diz se esse homem foi bem sucedido na luta contra a ilusão de gravidade nem se tentou testar sua teoria.

Émile Durkheim, ao discutir a questão da objetividade científica em seu livro *As regras do método sociológico* (1895), afirma que, para ser o mais preciso possível, o cientista deve deixar de lado todas as *pre-noções*, as noções vulgares, as ideias antigas e pré-científicas e as ideias subjetivas. São essas ideias que ele entende por ideologia, ou seja, o contrário de ciência.

Karl Mannheim (1893-1947) talvez seja o sociólogo depois de Marx que mais tenha influenciado a discussão sobre ideologia. No livro *Ideologia e utopia* (1929), ele conceitua duas formas de ideologia: a particular e a total.

A particular corresponde à ocultação da realidade, incluindo mentiras conscientes e ocultamentos subconscientes e inconscientes, que provocam enganos ou mesmo autoenganos. A ideologia total é a visão de mundo (cosmovisão) de uma classe social ou de uma época. Nesse caso, não há ocultamento ou engano, apenas a reprodução das ideias próprias de uma classe ou ideias gerais que permeiam toda a sociedade.

Para Mannheim, as *ideologias* são sempre conservadoras, pois expressam o pensamento das classes dominantes, que visam à estabilização da ordem. Em contraposição, ele chama de *utopia* o que pensam as classes oprimidas, que buscam a transformação.

10. CULTURA E IDEOLOGIA

10.1 Dominação e controle

Ao analisar a cultura e a ideologia, vários autores procuram demonstrar que não se podem utilizar esses dois conceitos separadamente, pois há uma profunda relação entre eles, sobretudo no que diz respeito ao processo de dominação nas sociedades capitalistas.



O pensador italiano **Antônio Gramsci** (1891-1937) analisa essa questão com base no conceito de *hegemonia* (palavra de origem grega que significa “supremacia”, “preponderância”) e no que ele chama de aparelhos de hegemonia.

Por hegemonia pode-se entender o processo pelo qual uma classe dominante consegue fazer que o seu projeto seja aceito pelos dominados, desarticulando a visão de mundo autônoma de cada grupo potencialmente adversário.

Isso é feito por meio dos aparelhos de hegemonia, que são práticas intelectuais e organizações no interior do Estado ou fora dele (livros, jornais, escolas, música, teatro, etc.). Nesse sentido, cada relação de hegemonia é sempre pedagógica, pois envolve uma prática de convencimento, de ensino e aprendizagem.

Para Gramsci, uma classe se torna hegemônica quando, além do poder coercitivo e policial, utiliza a persuasão, o consenso, que é desenvolvido mediante um sistema de ideias muito bem elaborado por intelectuais a serviço do poder, para convencer a maioria das pessoas, até as das classes dominadas.

Por esse processo, cria-se uma “cultura dominante efetiva”, que deve penetrar no senso comum de um povo, com o objetivo de demonstrar que a forma como aquele que domina vê o mundo é a única possível.

A ideologia não é o lugar da ilusão e da mistificação, mas o espaço da dominação, que não se estabelece somente com o uso legítimo da força pelo Estado, mas também pela direção moral e intelectual da sociedade como um todo, utilizando os elementos culturais de cada povo.

Mas Gramsci aponta também a possibilidade de haver um processo de contra-hegemonia, desenvolvido por intelectuais orgânicos, vinculados à classe trabalhadora, na defesa de seus interesses.

Contrapondo-se à inculcação dos ideais burgueses por meio da escola, dos meios de comunicação de massa, etc., eles combatem nessas mesmas frentes, defendendo outra forma de “pensar, agir e sentir” na sociedade em que vivem.

O sociólogo francês **Pierre Bourdieu** desenvolveu o conceito de **violência simbólica** para

identificar formas culturais que impõem e fazem que aceitemos como normal, como verdade que sempre existiu e não pode ser questionada, um conjunto de regras não escritas nem ditas.

Ele usa a palavra grega *doxa* (que significa “opinião”) para designar esse tipo de pensamento e prática social estável, tradicional, em que o poder aparece como natural. Dessa ideia nasce o que Bourdieu define como a naturalização da história, condição em que os fatos sociais, independentemente de ser bons ou ruins, passam por naturais e tornam-se uma “verdade” para todos.

Um exemplo evidente é a dominação masculina, vista em nossa sociedade como algo “natural”, já que as mulheres são “naturalmente” mais fracas e sensíveis e, portanto, devem se submeter aos homens. E todos aceitam essa ideia e dizem que “isso foi, é e será sempre assim”.

Bourdieu declara que é pela cultura que os dominantes garantem o controle ideológico, desenvolvendo uma prática cuja finalidade é manter o distanciamento entre as classes sociais.

Assim, existem práticas sociais e culturais que distinguem quem é de uma classe ou de outra: os “cultos” têm conhecimentos científicos, artísticos e literários que os opõem aos “incultos”. Isso é resultado de uma imposição cultural (violência simbólica) que define o que é “ter cultura”.

A violência simbólica ocorre de modo claro no processo educacional. Quando entramos na escola, em seus diversos níveis, devemos obedecer sempre a um conjunto de regras e absorver um conjunto de saberes predeterminados, aceitos como o que se deve ensinar. Essas regras e esses saberes não são questionados e normalmente não se pergunta quem os definiu.

Adorno e Horkheimer procuraram analisar a relação entre cultura e ideologia com base no conceito de indústria cultural. Apresentaram esse conceito em 1947, no texto *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. Nele, afirmavam que o conceito de indústria cultural permitia explicar o fenômeno da exploração comercial e a vulgarização da cultura, como também a ideologia da dominação.

A preocupação básica era com a emergência de empresas interessadas na produção em massa de bens culturais, como qualquer mercadoria (roupas, automóveis, sabonetes, etc.), visando exclusivamente ao consumo, tendo como fundamentos a lucratividade e a adesão incondicional ao sistema dominante.

Eles apontaram a possibilidade de homogeneização das pessoas, grupos e classes sociais; esse processo atingiria todas as classes, que seriam seduzidas pela indústria cultural, pois esta coloca a felicidade imediatamente nas mãos dos consumidores mediante a compra de alguma mercadoria ou produto cultural.

Cria-se assim uma subjetividade uniforme e, por isso, massificada. Nos mais diversos filmes de ação, somos tranquilizados com a promessa de que o vilão terá um castigo merecido. Tanto nos sucessos musicais quanto nos filmes, a vida parece dizer que tem sempre as mesmas tonalidades e que devemos nos habituar a seguir os compassos previamente marcados. Dessa forma, sentimo-nos integrados numa sociedade imaginária, sem conflitos e sem desigualdades.

A diversão, nesse sentido, é sempre alienante, conduz à resignação e em nenhum momento nos instiga a refletir sobre a sociedade em que vivemos.

A indústria cultural transforma as atividades de lazer em um prolongamento do trabalho, promete ao trabalhador uma fuga do cotidiano e lhe oferece, de maneira ilusória, esse mesmo cotidiano como paraíso.

Por meio da sedução e do convencimento, a indústria cultural vende produtos que devem agradar ao público, não para fazê-lo pensar com informações novas que o perturbem, mas para propiciar-lhe uma fuga da realidade. Tal fuga, segundo Adorno, faz que o indivíduo se aliene, para poder continuar aceitando com um “tudo bem” a exploração do sistema capitalista.

10.2 Televisão e cotidiano

Entre todos os meios de comunicação, a televisão é o mais forte agente de informações e de entretenimento, embora pesquisas recentes já demonstrem que ela pode ser desbancada pela internet na massificação da informação.

Preocupado com o que a televisão vem fazendo em termos culturais, o cientista social italiano Giovanni Sartori, em seu livro *Homo videns* (2001), reflete sobre esse meio de comunicação. Retomando a história das comunicações, ele destaca o fato de que as civilizações se desenvolveram quando a transmissão de conhecimento passou da forma oral para a escrita.

A televisão, nascida em meados do século XX, como o próprio nome indica (*tele-visão* = “ver de longe”), criou um elemento completamente novo, em que o *ver* tem preponderância sobre o *ouvir*.

A voz dos apresentadores é secundária, pois é subordinada às imagens que comenta e analisa. As imagens contam mais do que as palavras. Nisso o indivíduo volta à sua condição animal.

A televisão nos dá a possibilidade de ver tudo sem sair do universo local. Assim, para Sartori, além de um meio de comunicação, a televisão é um elemento que participa da formação das pessoas e pode gerar um novo tipo de ser humano. Essa afirmação está baseada na observação de que as crianças, em várias partes do mundo, passam muitas horas diárias vendo televisão antes de saber ler e escrever.

Isso dá margem a um novo tipo de formação, centralizado na capacidade de ver. Se o que nos torna diferentes dos outros animais é nossa capacidade de

abstração, a televisão, para Sartori, “inverte o progredir do sensível para o inteligível, virando-o em um piscar de olhos para um retorno ao puro ver. Na realidade, a televisão produz imagens e apaga os conceitos; mas desse modo atrofia a nossa capacidade de abstração e com ela toda a nossa capacidade de compreender”.

Então, o *Homo sapiens* está sendo substituído pelo *Homo videns*, ou seja, o que importa é a imagem, é o ver sem entender.



11. INDUSTRIA CULTURAL NO BRASIL

O desenvolvimento da indústria cultural no Brasil ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico e teve como marco a introdução do rádio, na década de 1920, da televisão, na década de 1950, e, recentemente, nos anos 1990, da internet.



Os outros campos da indústria cultural, como cinema, jornais e livros, não são tão expressivos quanto a televisão e o rádio. O cinema atinge, no máximo, 10% da população e pouco mais de 20% dos brasileiros têm acesso às produções escritas (livros, revistas e jornais).

A primeira transmissão de rádio no Brasil ocorreu em 1922, inaugurando uma fase de experimentação, voltada principalmente para atividades não comerciais.

Hoje, muitas rádios são acessadas pela internet, o que significa uma nova forma de recepção dos programas. Essa união do rádio com a internet propiciou às emissoras uma nova forma de chegar a públicos variados, com notícia ou música.

Em vários lugares do mundo, desde as primeiras décadas do século XX, o rádio foi utilizado como um instrumento de dominação e reprodução ideológica e de sustentação do poder central. Isso aconteceu nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão e em países europeus. O mesmo ocorreu no Brasil, especialmente sob o governo autoritário de Getúlio Vargas e no período ditatorial instalado de 1964 a 1985.

Hoje, aproximadamente 85% das emissoras comerciais em operação no Brasil estão em mãos de políticos de carreira que usam as transmissões de acordo com os interesses próprios e dos patrocinadores. Estes pressionam, por exemplo, para que sua empresa não seja relacionada a alguma notícia que a prejudique.

A indústria de discos (CDs) também faz pressão para que seus produtos sejam agraciados com mais tempo de execução. Isso significa que os programas musicais ou jornalísticos das rádios não são independentes, pois estão vinculados aos interesses pessoais dos proprietários das emissoras, dos patrocinadores ou da indústria fonográfica.

São, assim, as rádios comunitárias, públicas e mesmo as piratas que criam espaços radiofônicos alternativos e podem desenvolver uma programação sem as limitações e os constrangimentos mencionados.

11.1 A televisão brasileira

A televisão chegou ao Brasil no início da década de 1950, quando o jornalista Assis Chateaubriand inaugurou a primeira emissora brasileira, a TV Tupi, de São Paulo. No início, a emissora contava com a assessoria de técnicos estadunidenses e com profissionais oriundos das redes de rádio.



Em seguida à implantação da TV Tupi, foram inauguradas a TV Paulista, em 1952, a Record de São Paulo, em 1955, a TV Itacolomi de Belo Horizonte e a TV Rio, em 1958.

Isso não significou, entretanto, uma grande expansão junto ao público: em 1960, apenas 4,6% dos domicílios brasileiros possuíam um aparelho de televisão, a maioria deles no Sudeste, o que correspondia a 12,44% dos domicílios da região.

Ao longo dos mais de cinquenta anos de história da televisão no Brasil, o Estado, por intermédio dos sucessivos governos, influenciou diretamente nessa indústria. Sempre deteve o poder de conceder e cancelar concessões, mas nunca deixou de estimular as emissoras comerciais.

Nas décadas de 1950 e 1960, o poder público contribuiu de forma substancial para o crescimento da televisão mediante empréstimos concedidos por bancos públicos a emissoras privadas.

Foi a partir de 1964, no entanto, com o início do regime militar, que a interferência do Estado na televisão aumentou de forma quantitativa e qualitativa. As telecomunicações foram consideradas estratégicas pelos militares, pois serviriam de instrumento para colocar em prática a política de desenvolvimento e integração nacional.

Eles fizeram os investimentos necessários em infraestrutura para viabilizar a ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas.

Nesse período as redes de televisão — que eram privadas — obedeciam fielmente às determinações do Estado (que tinha o poder de conceder e retirar concessões quando bem entendesse), cumprindo à risca o que mandava o governo militar. Os programas transmitidos passavam a impressão de que o governo era legítimo e vivíamos numa democracia. A maior beneficiária desse modelo foi a Rede Globo.

Fundada em 1965, cresceu rapidamente, apoiada nas relações amistosas com o regime militar, em sintonia com o incremento do mercado de consumo. Internamente, contava com uma equipe de produção e administração preocupada em otimizar o *marketing* e a propaganda. O programa de maior audiência foi a telenovela, que se tornou um “produto cultural brasileiro”, criado por um grupo de artistas e diretores nascidos no cinema e no teatro.

O modelo de televisão estabelecido pela ditadura sobreviveu ao regime militar e ganhou ainda mais poder. Com o fim do regime, as emissoras continuaram atendendo aos governos seguintes, sempre dando a impressão de ser livres e democráticas. A televisão converteu-se, enfim, em fonte de poder político.

As relações entre o Estado e as emissoras modificaram-se na década de 1990, quando os investimentos públicos diminuíram, a censura foi abolida e o mercado se alterou com a introdução da transmissão a cabo.

11.1.1 A programação da televisão.

A televisão é, no Brasil, o meio de comunicação com presença mais marcante, sendo o principal veículo de difusão cultural e de informação. Apesar de o rádio ter maior abrangência, principalmente por causa do baixo custo e do pequeno porte dos aparelhos, a televisão atinge quase a totalidade do território nacional.

Os produtos que ela desenvolve de alguma forma definem o que é importante e o que não é, ou seja, o gosto, a sexualidade, a opção política, o desejo de consumo e outros sentimentos são promovidos prioritariamente pela televisão comercial.

A influência da televisão pode ser facilmente constatada nas conversas do dia a dia, nas quais se

observa a frequente adoção de gírias, expressões e gracejos criadas por personagens dos programas de maior audiência.

Essa influência é bastante preocupante, pois existem graves problemas relacionados à informação e à formação de opinião. Há, por exemplo, programas de crônica urbana e policial nos quais julgamentos são feitos sem nenhuma possibilidade de revisão.

Alguns deles apresentam e analisam (sem pesquisar) os fatos, e normalmente formulam um veredicto para os casos policiais, ou seja, fazem julgamento precipitado e muitas vezes errado. Outros reconstituem casos policiais (assassinatos, normalmente) não resolvidos.

Os produtores desse tipo de programa fazem um trabalho de detetives e, por meio de delações, conseguem “resolver” casos considerados impossíveis.

Não se sabe se resolvem de fato ou não; só chega ao conhecimento do telespectador o que o programa afirma que aconteceu.

E o jornalismo? Os programas desse gênero pouco informam, já que as notícias precisam ser rápidas e, quase sempre, variadas: um terremoto na China, uma festa no Haiti, um campeonato esportivo na Espanha, uma situação inusitada na Venezuela, um ato governamental no Brasil.

Situações completamente diferentes aparecem com a mesma importância e como se estivessem acontecendo no mesmo momento e num mesmo lugar, deslocando-se a historicidade dos fatos para um mundo e sequência que não existem.



Os programas de domingo, para comentar um último exemplo, são de qualidade tão deplorável que só reforçam a ideia de Theodor Adorno de que o entretenimento é utilizado para anestesiar a capacidade das pessoas de pensar e refletir sobre a vida e as condições reais de existência.

11.2 A inclusão digital

O caminho mais rápido e tranquilo para a democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil ainda é o desenvolvimento da internet. É necessário, no entanto, que o acesso a esse meio seja ampliado de modo significativo. Isso feito, poderemos ter um canal diferenciado de informação e cultura.



Como vimos, a indústria cultural no Brasil desenvolveu boa parte de sua trajetória à sombra de governos autoritários ou sob regras rígidas, que não permitiram sua democratização até os dias de hoje, mas sempre houve brechas nas quais se pôde veicular conteúdos críticos e de boa qualidade.

Autores e atores, jornalistas e comentaristas demonstraram, por meio de filmes, novelas e debates, que não há espaço totalmente controlado. A própria concorrência entre os meios de comunicação muitas vezes propicia a veiculação de produtos que instigam a reflexão sobre a situação nacional.

Nesse processo, a internet caracteriza-se como um meio que proporciona uma liberdade sem igual. Pode-se dizer, assim, que existe um potencial de liberdade em cada meio de comunicação e, principalmente, na internet, que nenhum sistema de dominação pode conter ou calar.

QUESTÕES

1. (UNICENTRO 2014) Falar sobre a diversidade cultural não diz respeito apenas ao reconhecimento do outro. Significa pensar a relação entre o eu e o outro. Aí está o encantamento da discussão sobre a diversidade. Ao considerarmos o outro, o diferente, não deixamos de focar a atenção sobre o nosso grupo, a nossa história, o nosso povo. Ou seja, falamos o tempo inteiro em semelhanças e diferenças.

(Adaptado de: GOMES, N. L. Educação e Diversidade Cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. 1999, p.2.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre diversidade cultural, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

() A discussão a respeito da diversidade cultural precisa incluir e abranger uma discussão política, visto que ela diz respeito às relações estabelecidas entre os grupos humanos e, por isso mesmo, não está fora das relações de poder.

() Reconhecer as diferenças implica romper com preconceitos, superar as opiniões formadas sem reflexão, sem o menor contato com a realidade do outro.

() Uma sociedade isenta de desigualdades, discriminações, estigmas e preconceitos é aquela na qual se desenvolve um padrão homogêneo de comportamento, de ritmo, de aprendizagem e de experiência.

() A prática de constituir os grupos humanos diferentes como o “outro” resulta, geralmente, em relações de dominação e opressão.

() A consideração sobre alguém diferente é feita com base em uma comparação com algum tipo de padrão ou de norma vigente no grupo cultural de quem elabora a classificação. Com base neste procedimento, comprova-se a existência de grupos étnico-raciais melhores ou mais desenvolvidos que outros.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- V, V, F, V, F.
- V, F, V, F, F.
- F, V, V, F, V.
- F, V, F, F, V.
- F, F, F, V, V.

2. (UNICENTRO 2011) No anos de 1933, a artista modernista Tarsila do Amaral (1886-1973) pinta o



quadro “Operários”, dando início à pintura social no Brasil.

Sobre o tema da diversidade étnica, as teorias sociológicas afirmam que, sob a perspectiva cultural,

A) os termos raça, etnia e cultura têm o mesmo significado analítico, no contexto brasileiro, quando utilizados por sociólogos e antropólogos.

B) as populações indígenas brasileiras foram classificadas, corretamente, como primitivas pelos colonizadores, porque são naturalmente mais vagarosas e atrasadas.

C) os grupos biológicos de indivíduos que compartilham de uma história comum, feita de laços linguísticos e culturais, são tidos como pertencentes da mesma etnia.

D) alguns elementos culturais, como o futebol, as comidas típicas e o carnaval, não podem ser objetos da análise sociológica por mascarar a desigualdade existente nas relações sociais.

E) a chegada dos japoneses, em 1908, e a construção de uma nova identidade nacional com a implantação de suas associações civis, educativas e religiosas, foram o marco das relações inter-raciais no Brasil.

3. (UNICENTRO 2013) Sobre as relações entre cultura de massa, cultura erudita e cultura popular, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

() A cultura popular pode ser definida como distintos modos de expressão que ocorrem na sociedade e que se manifestam por meio de arte, do folclore, da religião, etc.

() O termo erudito se refere às tradições de um povo e, por isso, a cultura erudita diz respeito às manifestações, no presente, de uma tradição.

() A cultura erudita foi gerada pela indústria cultural e visa a uma distinção entre seus ouvintes, vistos como evoluídos culturalmente.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- V F F
- F F V
- V V F
- F V V
- V V V

4. (UEM 2011) “Ao analisar os Arapesh, os Munduguno e os Chambuli, três povos da nova Guiné, na Oceania, Mead percebeu diferenças significativas. Entre os Arapesh não havia diferenciação entre homens e mulheres, pois ambos eram educados para ser dóceis e sensíveis e servir aos outros. Também entre os Mundugunos não havia diferenciação: indivíduos de ambos os sexos eram treinados para a agressividade, caracterizando-se por relações de rivalidade, e não de afeição. Entre os Chambuli, finalmente, havia diferença entre homens e mulheres, mas de modo distinto do

padrão que conhecemos: a mulher era educada para ser extrovertida, empreendedora, dinâmica e solidária com os membros de seu sexo. Já os homens eram educados para ser sensíveis, preocupados com a aparência e invejosos, o que os tornava inseguros”

(TOMAZI, Nelson Dácio. Sociologia para o ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 173).

Considerando o texto acima e o que a Sociologia aceita como válido para o tema da diversidade étnica, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

01) Segundo a Sociologia, a não diferenciação dos papéis masculinos e femininos entre os Arapesh e os Mundugunos indica o seu atraso cultural, quando comparados às sociedades contemporâneas ocidentais.

02) Dos povos mencionados no texto, apenas o padrão educacional dos Chambuli pode ser enquadrado no que Émile Durkheim denomina fato social.

04) Pode-se concluir do texto que a cultura vigente em uma determinada sociedade contribui para o estabelecimento das diferenças existentes entre a personalidade feminina e a masculina.

08) Para a Sociologia, a educação que os Chambuli fornece aos homens não é adequada, porque contraria as características naturais da masculinidade.

16) A diversidade de valores religiosos e de modos de produção encontrada na história da humanidade ajuda a compreender os motivos pelos quais, em diferentes grupos e momentos históricos, homens e mulheres assumiram papéis diferenciados na sociedade.

5. (UEM 2011) Assinale o que for **correto** sobre as culturas erudita e popular.

01) Cultura popular pode ser definida como sinônimo de cultura do povo, ou seja, uma prática própria de grupos subalternos da sociedade.

02) Os produtores da cultura erudita fazem parte de uma elite política, econômica e cultural. Ela é transmitida, legitimada e confirmada por diversas instituições sociais.

04) Os produtores das culturas erudita e popular gozam de prestígio semelhante na sociedade.

08) Os fatos folclóricos reproduzem a cultura dos círculos eruditos e das instituições que se dedicam à renovação e à conservação dos patrimônios científico e artístico.

16) As expressões “cultura popular” e “cultura erudita” designam dois conjuntos coerentes e internamente homogêneos, no que se refere às suas práticas.

6. (UFU 2014) Para Castells (2010), “identidade [e] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. [...] Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída.”

Partindo dessa perspectiva, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) A construção da identidade pode se valer da sociabilidade no ciberespaço como um de seus elementos formadores.

B) As identidades podem ser construídas a partir da história, das instituições, das memórias coletivas, dentre outros elementos.

C) As identidades são construídas a partir da sociedade existente e dos elementos que a compõem e, por isso, a identidade está à margem das transformações políticas e sociais.

D) A era da globalização é também a era da (re)construção da identidade, com base na nacionalidade, e dos nacionalismos.

7. (UEM 2008) Conhecer, registrar e analisar as características da produção cultural e artística popular são recursos importantes para a construção da memória e da identidade de um povo. Nesse sentido, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

01) No Brasil, existem diversas festas entendidas como manifestações da tradição popular, porém os folcloristas reconhecem como brasileiras apenas aquelas que não possuem influência estrangeira.

02) Alguns países europeus tiveram problemas em relação à definição e à manutenção de suas fronteiras e de sua soberania, bem como com questões étnico-culturais. Por isso, utilizaram suas tradições populares com o objetivo de imprimir e difundir a idéia de nação.

04) As noções de “cultura erudita” e “cultura popular” são construções utilizadas para diferenciar as crenças, os valores e os costumes do povo e das elites. Entretanto essas noções obscurecem os diálogos e as trocas entre os diferentes grupos existentes na sociedade.

08) Um exemplo de reflexão sobre a cultura brasileira foi a Semana de Arte Moderna de 1922, que, entre outras coisas, pretendia mostrar “o Brasil” às classes médias e às elites nacionais, valorizando as expressões e os costumes da população simples.

16) Para o senso comum, há uma hierarquia na definição da cultura popular brasileira. Desse modo, aquelas manifestações culturais restritas a alguns grupos étnicos, religiosos ou regionais tendem a ser entendidas como de menor relevância para a cultura nacional.

8. (UFU 2009) O panorama cultural do Ocidente nas últimas décadas tem sido marcado, entre outros aspectos, pela presença mais acentuada de múltiplos grupos identitários, o que se relaciona às críticas ao projeto da modernidade.

Sobre este fenômeno, é correto afirmar:

A) o surgimento de uma diversidade cultural mais ampla é um fenômeno social que reforça a validade das explicações científicas em torno do determinismo biológico e do determinismo geográfico, os quais

embasam as interpretações sobre as variações de costumes entre diferentes grupos.

B) a modernidade ocidental se caracteriza por um projeto político, filosófico e científico de unificação das identidades sociais, princípios estes que são reforçados a partir da segunda metade do século XX em decorrência das mudanças sociais em direção ao multiculturalismo.

C) a valorização da diversidade cultural é uma mudança recente ocorrida no ocidente, que se destaca pela ênfase na homogeneidade cultural, pela defesa dos direitos individuais e pelo combate às políticas de identidade, por entende-las como forma de naturalização dos costumes.

D) os princípios de diversidade cultural e de valorização das diferenças, com base na multiplicidade de identidades constituídas por marcadores sociais – como, por exemplo, raça/etnia, gênero, sexualidade, faixa etária, e outros – estão presentes na contemporaneidade.

9. (UFU 2015) A questão da demarcação de terras indígenas tem ao longo do tempo suscitado diversos conflitos. Mais recentemente, observou-se a possibilidade de modificar os critérios de demarcação, pois, conforme seus críticos, os regulamentos vigentes possibilitariam a ação de “indígenas civilizados”, ou seja, aqueles que supostamente teriam perdido sua identidade indígena, e que agora a reivindicavam com o intuito de obter terras. No centro deste debate, encontra-se a definição do que é ser indígena, enfim, a definição dos critérios definidores de uma etnia.

Para os estudos antropológicos atuais, define-se uma etnia por meio da

A) identificação da presença de traços fenotípicos comuns a uma população, atrelados ao cultivo de uma tradição cultural.

B) ocupação territorial de um país específico e pela persistência de traços culturais tradicionais.

C) identificação de uma concepção, partilhada por uma população, da existência de uma trajetória histórica comum que funda uma identidade.

D) identificação de traços raciais comuns a uma população, aliados a elementos culturais específicos.

10. (UNICENTRO 2013) Sobre os conceitos de Cultura Popular, Massa e Erudita, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, ao significado de cada conceito.

1. Está ligada à elite, ou seja, está subordinada ao capital pelo fator de viabilizar esta cultura. Esta exige estudo, pesquisa para se obter o conhecimento, portanto não é viável a uma maioria, e sim a uma classe social que por sua vez possui condições para investir nesses aspectos e em fim obter o conhecimento.

2. Toda cultura produzida para a população em geral — a despeito de heterogeneidades sociais, étnicas, etárias, sexuais ou psicológicas.

3. Encontra expressão nos mitos e contos, dança, música, artesanato rústico de cerâmica ou de madeira ou pintura.

A) 1 – 2 – 3.

B) 2 – 3 – 1.

C) 3 – 1 – 2.

D) 3 – 2 – 1.

E) 1 – 3 – 2.

11. (UEM 2009) “Quando se fala em índio, qual é a primeira imagem que vem à mente? Sim, pele pintada, cocar na cabeça e ocas como moradia na aldeia. Hoje mais da metade dos índios brasileiros moram nos centros urbanos e levam uma vida comum. Só em São Paulo, são 11 mil. Usam Internet, cursam faculdade, falam português, mas nem por isso perderam a identidade”.

(PEREIRA, Patrícia. Selva de Pedra. Revista de Sociologia. Ano I, número 3, p.41.)

Considerando a citação acima e seus conhecimentos sobre o tema grupos étnicos, assinale o que for **correto**.

01) O índio urbano, de calça jeans e camiseta, pode ser considerado um indivíduo que perdeu sua identidade e abandonou sua cultura.

02) Muitas comunidades indígenas têm acompanhado as mudanças históricas e buscam autonomia para criar os próprios projetos, defender seus direitos e decidir os rumos de seu povo.

04) Os índios foram para as cidades na tentativa de aproximação com a cultura do homem branco, por considerá-la central e evoluída.

08) Com o uso da Internet, os índios ganharam meios de se civilizar, saindo da posição passiva em que se encontravam, que os impedia de decidir a respeito do próprio futuro e de criar os próprios projetos.

16) Os símbolos e significados da cultura indígena foram abalados pela globalização, já que os índios vêm substituindo a sua cultura pela cultura americanizada.

12. (UEM 2013) “Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider”

(BECKER, H. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.15).

Considerando a citação e as análises sociológicas sobre o tema do desvio social, assinale o que for **correto**.

01) A conduta “desviante” surge como uma consequência da aplicação, por parte de outras pessoas,

de normas e de sanções que classificam e qualificam determinadas práticas sociais como “transgressões”.

02) Como as regras que definem as condutas individuais são regras jurídicas, todo comportamento social deve estar de acordo com a Constituição do país, pois nada poderia ser mais prejudicial ao corpo social do que desobedecer ao sistema de leis que o governa.

04) Compreender toda forma de comportamento como uma construção social e histórica permite visualizar as estruturas de poder que fixam os padrões de aceitação ou de rejeição de práticas e de identidades em uma sociedade.

08) Quando um indivíduo infringe uma regra social estabelecida, ele precisa estar ciente de que será penalizado com o máximo rigor, pois esse comportamento não pode se repetir sob pena de que a sociedade se dissolva.

16) O desvio da regra é uma atitude cada vez menos frequente nas sociedades contemporâneas, pois a evolução dos sistemas democráticos trouxe novas regras e novos valores para ajudar a organizar a vida social e a diminuir os desvios.

13. (UEL 2011) No dia 16 de junho de 2010, o Senado brasileiro aprovou o Estatuto da Igualdade Racial.

Os senadores [...] suprimiram do texto o termo “fortalecer a identidade negra”, sob o argumento de que não existe no país uma identidade negra [...]. “O que existe é uma identidade brasileira. Apesar de existentes, o preconceito e a discriminação não serviram para impedir a formação de uma sociedade plural, diversa e miscigenada”, defende o relatório de Demóstenes Torres.

(Folha.com. Cotidiano, 16 jun. 2010. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/751897-sem-cotas-estatuto-da-igualdaderacial-e-aprovado-na-ccj-do-senado.shtml>>.

Acesso em: 16 jun. 2010.)

Com base no texto e nos conhecimentos atuais sobre a questão da identidade, é correto afirmar:

- A identidade nacional brasileira é fruto de um processo histórico de realização da harmonia das relações sociais entre diferentes raças/etnias, por meio da miscigenação.
- A ideia de identidade nacional é um recurso discursivo desenraizado do terreno da cultura e da política, sendo sua base de preocupação a realização de interesses individuais e privados.
- Lutas identitárias são problemas típicos de países coloniais e de tradição escravista, motivo da sua ausência em países desenvolvidos como a Alemanha e a França.
- Embora pautadas na ação coletiva, as lutas identitárias, a exemplo dos partidos políticos, colocam em segundo plano o indivíduo e suas demandas imediatas.
- As identidades nacionais são construídas socialmente, com base nas relações de força

desenvolvidas entre os grupos, com a tendência comum de eleger, como universais, as características dos dominantes.

14. (UNICENTRO 2015) A questão da identidade está sendo extensamente discutida na atual teoria social. As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como sujeito unificado. Existe um processo amplo de mudanças que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. As nações modernas são, todas, híbridos culturais.

(Adaptado de: HALL, S. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.7 e p.62.)

Com base no texto e nos conhecimentos socioantropológicos sobre cultura e identidade na pós-modernidade, considere as afirmativas a seguir.

I. A permanente constituição de identidades individuais e coletivas é decorrente da dinamicidade das estruturas culturais.

II. As vontades dos indivíduos são imperativas na permanência e na integração dos sistemas coletivos de identidades culturais.

III. Os grupos sociais apresentam identidades culturais fixas, unificadas, completas e coerentes, que estabilizam a sociedade.

IV. Os sistemas de identificação, significação e representação cultural são múltiplos, provisórios e transitórios.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

15. (UNICENTRO 2010) “Todos nós participamos de certos grupos de ideias [...]. São espécies de “bolsões” ideológicos, onde há pessoas que dizem coisas em que nós também acreditamos, pelas quais lutamos, que têm opiniões muito parecidas com as nossas. Há alguns autores que dizem que na verdade nós não falamos de fato o que acreditamos dizer, haveria certos mecanismos, certas estruturas que “falaríamos por nós”. Ou seja, quando damos nossas opiniões, quando participamos de algum acontecimento, de alguma manifestação, temos muito pouco de nosso aí, reproduzimos conceitos que circulam nesses grupos. Ideologia não é, portanto, um fato individual, não atua de forma consciente na maioria dos casos. Quando pretendemos alguma coisa, quando defendemos uma ideia, um interesse, uma aspiração, uma vontade, um desejo, normalmente não sabemos,

não temos consciência de que isso ocorre dentro de um esquema maior, [...] do qual somos representantes – repetimos conceitos e vontades que já existiam anteriormente”

(MARCONDES FILHO, Ciro. Ideologia: O que todo cidadão precisa saber sobre. São Paulo, 1985, p.20).

A partir do texto é possível afirmar que a Ideologia é

- A) um fato individual, consciente e que se manifesta por vontades particulares.
- B) um conjunto de atitudes individuais e momentâneas que não interferem na vida social.
- C) algo que se reproduz fora e sem sofrer influências do grupo social.
- D) algo que se reproduz solitariamente
- E) algo que se reproduz a partir da convivência entre os indivíduos em grupos, que defendem os mesmos interesses e possuem opiniões semelhantes.

16. (UFU 2010) A noção de gênero consiste em uma categoria de análise fundamental para os estudos contemporâneos destinados à compreensão da dominação masculina e às representações sociais do feminino e masculino.

Com base na afirmação acima, conclui-se que:

- A) O conceito de gênero substituiu o termo sexo para se referir à caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos.
- B) Os estudos de gênero se referem apenas ao comportamento sexual dos indivíduos.
- C) Ela envolve a concepção da distinção entre os sexos como uma construção social.
- D) A noção de gênero surge nos anos 90 do século XX a partir das teorias feministas.

17. (UEM 2015) Ainda que Dilma Rousseff tenha sido reeleita para a Presidência da República em 2014, o resultado das últimas eleições indica a reduzida representação de mulheres na política brasileira. Na Câmara Federal, por exemplo, das 513 vagas em disputa, somente 51 foram assumidas por deputadas. Considerando o tema das relações de gênero na política brasileira, assinale o que for correto.

- 01) A igualdade formal entre os sexos convive no Brasil com práticas recorrentes de subordinação, de inferiorização e até mesmo de exclusão de mulheres da vida pública.
- 02) A naturalização de representações sociais que identificam a esfera privada às mulheres e a esfera pública aos homens acaba legitimando a manutenção das desigualdades de gênero na política brasileira.
- 04) O reduzido número de mulheres nos cargos eletivos da política brasileira é causado tanto pelo desinteresse feminino quanto pelas dificuldades geradas pela maternidade.
- 08) A recente feminilização da política brasileira se opõe aos valores de igualdade, racionalidade e seriedade que ajudaram a constituir as democracias modernas.

16) Os movimentos feministas surgiram das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, a subordinação e a inferiorização impostos por uma estrutura social patriarcal.

18. (UNICENTRO 2011) O conceito de ideologia tem vários significados. Dentre eles, “conjunto de representações e ideias e normas de conduta, por meio das quais o homem é levado a pensar, sentir e agir”.

A interpretação de Karl Marx sobre ideologia, que foi incorporada ao pensamento político, está indicada na alternativa

- A) “Ideologia é realmente a projeção da consciência de classe da burguesia, que funciona para orientar o proletariado para a real consciência de sua posição revolucionária”.
- B) “Todas as formas de pensamento e de representação dependem das relações de produção e de trabalho”.
- C) “Ideologia são as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.
- D) “A consciência moral e a vontade guiada pela razão são dois elementos fundamentais à vida ética”.
- E) “Todas as desgraças que afligem a nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica”.

19. (UEM 2014) Há mais de 60 anos, a escritora Simone Beauvoir iniciou seu livro *O Segundo Sexo* (1949/2009) perguntando-se: O que é uma mulher? Com essa pergunta, contribuiu para uma série de questionamentos sobre o papel e o lugar da mulher nas sociedades humanas. Segundo as perspectivas sociológicas sobre o tema Gênero, assinale o que for correto.

- 01) Dado que as características anatômico-fisiológicas femininas são universais, cultura, etnia, classe social ou opção política não são fatores que diferenciam essencialmente as mulheres entre si.
- 02) A igualdade das condições de trabalho e de salários é uma pauta de reivindicações relacionada à igualdade de gêneros que é antiga e não plenamente atendida.
- 04) Os movimentos feministas promoveram reivindicações distintas que se estendem do direito à participação política e ao voto, ao direito à liberdade do uso do corpo em relação à sexualidade e à reprodução e ao questionamento da heterossexualidade.
- 08) Os movimentos feministas não promoveram a crítica da sociedade patriarcal baseada na dominação masculina da família e da sociedade.
- 16) Gênero é uma categoria sociocultural e histórica que surgiu a fim de indicar que as diferenças entre homens e mulheres não se restringem aos sexos feminino e masculino.

20. (UNICENTRO 2010)

“Meus heróis

Morreram de overdose

Meus inimigos
 Estão no poder
 Ideologia!
 Eu quero uma pra viver
 Ideologia!
 Eu quero uma pra viver...
 Ideologia!
 Pra viver
 Ideologia!
 Eu quero uma pra viver..."

Esses versos, escritos e cantados por Cazuza em uma de suas canções, que chamou de Ideologia, servem para exemplificar como esse conceito de larga utilização sociológica também pode ser utilizado pelo senso comum.

Considerando as múltiplas acepções do termo ideologia assinale qual destas alternativas está INCORRETA.

- O termo ideologia aparece pela primeira vez significando "ciência das idéias".
- As ideologias são meras mentiras produzidas pelas classes poderosas.
- A ideologia também pode ser entendida como o processo geral de produção de significado e idéias.
- O termo Ideologia pode ser interpretado como um sistema de crenças ilusórias.
- A ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias dominantes.

21. (UEM 2008) Saffioti afirma que "A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem."

(SAFFIOTI, Heleith. *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987, p.8).

Tendo como referência o texto e seus conhecimentos sobre a temática de "gênero", assinale o que for **correto**.

- Tradicionalmente, as sociedades ocidentais modernas destinaram às mulheres a tarefa de socializar os filhos. Contudo, ao longo do tempo, surgiram "novos arranjos familiares", pois a família é uma instituição marcada pelo dinamismo.
- A atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade natural para realização dos afazeres de casa e da socialização dos filhos.
- A educação exerce papel central na constituição das identidades sociais de homens e de mulheres.
- A definição de distintos papéis sociais para homens e mulheres torna legítima, para as diferentes categorias de sexo, a suposta superioridade dos homens.

16) A inferioridade feminina é exclusivamente social, sendo que o fenômeno da subordinação da mulher ao homem atravessa todas as classes sociais.

22. (UFU 2012) Na obra *Grande Sertão: veredas*, Guimarães Rosa apresenta dois personagens - Riobaldo e Diadorim - numa relação inusitada de atração. A trama se desenvolve como uma relação entre pessoas do mesmo sexo. As semelhanças nas aparências escondem, porém, diferenças de origem biológica, porque se trata de uma mulher (Diadorim) que se passa socialmente por homem. Escrita em 1956, essa obra de Guimarães Rosa trata de uma temática extremamente contemporânea, que é

- a superação do conceito de sexo, biologicamente herdado, pelo conceito de transexualidade, como categoria cientificamente possível.
- a superação do conceito de sexo, de natureza biológica, pelo conceito de gênero, de natureza sociocultural.
- a superação do conceito de sexo, de origem natural, pelo conceito de opção sexual, de natureza individual.
- a superação do conceito de sexo, de viés anatômico, pelo conceito de homossexualidade.

23. (UNICENTRO 2012) Considerando-se as teorias sociológicas a respeito das questões sobre gênero, assinale **V** nas afirmativas verdadeiras e **F**, nas falsas.

- O termo gênero faz referência a uma construção cultural, enfatizando o caráter social e histórico das diferenças sexuais.
- Vários elementos estão envolvidos na constituição das relações de gênero, tais como a organização política, econômica e social.
- A referência a gênero leva a pensar nas maneiras como as sociedades entendem o que é "ser homem" e "ser mulher", o que consideram "masculino" e "feminino".
- O termo gênero se refere às diferenças biológicas e naturais dos seres humanos.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- F F V F
- V V V F
- V F F V
- F V V F
- V V V V

24. (UNICENTRO 2010) Renato Ortiz, estudioso da cultura brasileira escreveu que para nós "a questão da identidade se encontra intimamente à questão da cultura popular e do Estado; em última instância, falar em cultura brasileira é discutir os destinos políticos de um país"

(Ortiz, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 13).

Conceito que envolve múltiplas definições o conceito de cultura constitui um dos elementos mais importantes quando se fala da identidade de um povo. Pensando essa questão e tendo em vista a chamada “cultura brasileira”, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Resultando de um processo que envolve diferentes etnias, indígena, africana, européia, asiática, e outras, a cultura brasileira configura um universo multicultural em permanente construção.
- b) A bossa nova, não é considerada parte do movimento de identidade nacional, pois participou de um movimento cultural que se inclinou à lógica do mercado fonográfico imposto pelas multinacionais.
- c) Dentre os movimentos culturais brasileiros que nos anos 60 tiveram como preocupação a questão cultural, estão os Centros Populares de Cultura que, criados no início dessa década, foram extintos com o Golpe militar de 64.
- d) O cinema novo foi um movimento de jovens cineastas que queriam produzir um cinema barato feito com "uma câmera na mão e uma idéia na cabeça". As temáticas deveriam estar voltadas para realidade brasileira.
- e) O Tropicalismo, que também tinha como tema a cultura brasileira, utilizou uma perspectiva herdada do movimento modernista de 22, em especial a perspectiva antropofágica do escritor e poeta Oswald de Andrade.

25. (UEL 2011) Leia o texto a seguir, que remete ao debate sobre questões de gênero. A violência contra a mulher acontece cotidianamente e nem sempre ganha destaque na imprensa, afirmou a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire [...]. “Quando surgem casos, principalmente com pessoas famosas, que chegam aos jornais, é que a sociedade efetivamente se dá conta de que aquilo acontece cotidianamente e não sai nos jornais. As mulheres são violentadas, são subjugadas cotidianamente [...]”, afirmou a ministra. [...] “Eliza morreu porque contrariou um homem que achou que lhe deveria impor um castigo. Ela morreu como morrem tantas outras quando rompem relacionamentos violentos”, disse a ministra.

(VIOLÊNCIA contra as mulheres é diária, diz ministra, Agência Brasil, Brasília, 11 jul. 2010.)

Com base no texto e nos conhecimentos socioantropológicos sobre o tema, é correto afirmar:

- a) Questões de gênero são definidas a partir da classe social, razão pela qual são mais presentes nas camadas populares do que entre as elites.
- b) As identidades sociais masculina e feminina são configuradas a partir de características biológicas imutáveis presentes em cada um.
- c) As diferenças de gênero são determinadas no terreno econômico, daí o fato de serem produto da sociedade capitalista.

d) As experiências socialistas do século XX demonstram que nelas as questões de gênero são resolvidas de modo a estabelecer a igualdade real entre homens e mulheres.

e) As relações de gênero são construídas socialmente e favorecem, nas condições históricas atuais, a dominação masculina.

26. (UEM 2008) Considere a reflexão contida no seguinte texto: “A função biológica de gerar outros seres parecia prender a mulher às leis inexoráveis da natureza, torná-la inapta para se alçar ao nível da ‘civilização’ e ser, por excelência, o fator diferencial dos sexos.”

(ALMEIDA, Ângela Mendes. *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*. Seropédica: Edur, 1996, p. 05).

Sobre a temática abordada pela autora, assinale o que for **correto**.

- 01) Os recentes avanços políticos, econômicos e culturais que favoreceram as mulheres em nossa sociedade são exemplos das concessões feitas pelos homens.
- 02) Fatores biológicos não determinam totalmente os papéis de mulheres e de homens na família. Por exemplo, na sociedade pós-industrial, os filhos são criados, muitas vezes, por mãe e pai que trocam constantemente de papel entre si.
- 04) Podemos concluir do texto que, em alguns contextos, a função reprodutiva da mulher foi um elemento definidor da sua condição como indivíduo na sociedade.
- 08) Embora as mulheres tenham acumulado conquistas políticas significativas nos últimos tempos, o fato de os homens ainda ocuparem a maioria dos cargos políticos comprova que esse é o espaço natural da atuação masculina.
- 16) A divisão sexual do trabalho ocorre em todas as sociedades e é fruto de um processo histórico cultural específico a cada uma delas. É em decorrência desse processo que algumas atividades profissionais são predominantemente femininas e outras masculinas.

27. (UNICENTRO 2013) “Mead, Mauss e Clastres, dentre outros autores, incutiram na tradição antropológica a ideia de que os papéis destinados a homens e mulheres não são explicados por uma diferença essencial inscrita na natureza de seus corpos. Ainda que sejam biologicamente diferentes, as peculiaridades anatômicas não explicariam as inúmeras outras diferenciações sociais entre os sexos: sejam elas de hierarquia, de status, de poder, de posição na divisão do trabalho, de personalidade, de comportamento e nem mesmo de seus trejeitos corporais. Assim, se por um lado essa interpretação não nega radicalmente a perspectiva da diferença anatômica, afirma que a Biologia nada explica no que diz respeito à vida social. O argumento principal é que a natureza dos corpos é

interpretada pela cultura que, por sua vez, origina inúmeros significados que transcendem as diferenças corporais”

(RODRIGUES, Maysa, 2011. Revista de Sociologia).

O fragmento refere-se ao debate empreendido nas Ciências Sociais em relação à questão de gênero. Sobre a teoria de gênero, é possível afirmar que

A) as definições das diferenças entre homens e mulheres são inatas e independem da sociedade em que vivem.

B) desde criança a diferenciação entre “coisas de meninos” e “coisas de meninas” ocorre de maneira natural e inquestionável tornando-se esse o foco da Teoria de Gênero, ou seja, reafirmar essas posições reconhecidas e seguidas de maneira natural.

C) segundo a Teoria de Gênero, a diferença entre homens e mulheres na sociedade é apenas biológica.

D) o foco da Teoria de Gênero é desconstruir a ideia de que existe uma diferença natural entre homens e mulheres que explique o que acontece nas sociedades.

E) por ser tratar de um conceito muito recente, ainda não existe uma definição exata do que seria a Teoria de Gênero, o que se sabe é apenas que ela se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres em uma determinada sociedade.

28. (UNICENTRO 2015) As relações entre homens e mulheres, consideradas como relações de gênero, formam uma das principais determinações da organização social. Com base nos conhecimentos socioantropológicos atuais sobre as questões de gênero, assinale a alternativa correta.

a) Sexo, gênero e sexualidade formam um alinhamento estável que determina as identidades individuais, e sua estabilidade é fundamental para a liberdade humana.

b) Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e a forma primária de dar significado às relações de poder.

c) De acordo com as visões desconstrutivistas, as diferenças de gênero percebidas entre homens e mulheres são determinadas pelas diferenças biológicas entre os sexos.

d) As questões de gênero foram profundamente investigadas pelas Ciências Sociais desde a sua formação, a exemplo dos pensadores clássicos da Sociologia.

e) Ao afirmar “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Simone de Beauvoir criou uma definição pós-estruturalista sobre as questões de gênero, destacando a diversidade entre as mulheres.

29. (UNICENTRO 2011) — Diga lá, menina, o que é que você quer ser quando crescer?/ Eu quero ser dona de casa atuante ou mulher de milionário. / Dona de casa atuante ou mulher de milionário

(Jorge Ben Jor).



Na estrofe da letra de Jorge Ben Jor e na imagem ao lado, pode-se observar um modelo de socialização da mulher, em que a imitação torna-se um ótimo momento de interação infantil de gênero.

Sobre as relações de gênero, é correto afirmar:

A) O conceito de gênero se refere às condições de origem psicológicas e biológicas.

B) A discussão sobre a violência doméstica não deve entrar em pauta nas discussões sobre gênero.

C) A desigualdade entre homens e mulheres é historicamente construída, ou seja, não é uma desigualdade natural.

D) A discussão sobre a identidade corporal e a sexualidade feminina não fazem parte das análises sobre questões de gênero.

E) A visão feminina é constantemente romântica, e, por isso, deve-se ater ao direito à maternidade, mas não à igualdade de condições no trabalho.

12. ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

A partir de meados do século XX, a Antropologia concentrou seu interesse nas populações marginalizadas das sociedades nacionais. No Brasil não foi diferente: a Antropologia construiu um acervo de conhecimento sobre populações indígenas, negras, camponesas, entre outras.

Ao contrário das antropologias norte-americana, inglesa e francesa, a antropologia brasileira preocupou-se basicamente em estudar o próprio país. Apenas muito recentemente os antropólogos brasileiros começaram a estudar a diferença em contextos fora do Brasil.

Durante praticamente todo o século XX, o principal interesse foi explicar o Brasil, observando as populações marginalizadas do país e também as populações urbanas de classe média e as elites.

Começaremos com um breve histórico da Antropologia no Brasil para depois destacar os principais focos e temas da produção antropológica nacional. Como já discutimos as populações indígenas, aqui elas terão menos destaque, embora constituam um tema da maior importância para a antropologia brasileira.

12.1 Os primeiros tempos

O antropólogo **Julio Cezar Melatti** (1938-) divide a história da antropologia brasileira em três períodos: do fim do século XIX até os anos 1930, da década de 1930 à década de 1960, e, finalmente, da década de 1960 em diante. Certamente poderíamos acrescentar mais um período: da década de 1980 até o presente. Até a década de 1930, o conhecimento antropológico era produzido por intelectuais ainda não formados na área, pois essa formação acadêmica só passou a existir em 1933, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e em 1934, na Universidade de São Paulo (USP).

Na época, o principal interesse (permanente por um bom tempo) era a formação da sociedade brasileira. Como dominavam as ideias evolucionistas e o darwinismo social, a questão para muitos intelectuais era qual seria o povo formador do Brasil ou como formar um país com a população existente.

Entre os principais intelectuais brasileiros do período estavam **Sílvio Romero** (1851-1914), **Euclides da Cunha** (1866-1909), **Nina Rodrigues** (1866-1906), **Oliveira Vianna** (1883-1951) e o poeta **Gonçalves Dias** (1823-1864), para quem a população indígena, além de “inferior”, estava em decadência.

Nesse momento, os estudos sobre indígenas brasileiros eram predominantemente realizados por estudiosos alemães, fato que guarda certa semelhança com a influência de Franz Boas sobre os estudos antropológicos nos Estados Unidos.

Um dos principais antropólogos a estudar as populações indígenas do Brasil foi **Karl von den Steinen** (1855-1929), que, como Boas, havia sido influenciado pelo etnólogo Adolf Bastian (1826-1905).

Esses autores, com diferentes abordagens, viam a população brasileira do ponto de vista da hierarquia racial. Esse olhar resultou numa visão pessimista do Brasil: com uma população predominantemente “inferior”, seria impossível construir um país desenvolvido. Embora tais ideias pareçam deslocadas hoje em dia, naquele momento histórico, entre o final do século XIX e o começo do século XX, esse tipo de pensamento teve grande relevância. E também enormes efeitos práticos, provavelmente afetando a história da maioria dos brasileiros.

A política de imigração do período, influenciada por esse olhar pessimista e preconceituoso sobre a população do país, adotou medidas de incentivo à imigração europeia: imaginava-se, assim, “branquear” o Brasil. Essa tentativa de “branqueamento” foi uma resposta à ideia de que a população brasileira, majoritariamente composta por indígenas, negros e mestiços, não poderia construir um país desenvolvido.

Nos dias atuais, a marginalização de populações negras, indígenas e mestiças tem relação com essas decisões históricas. Assim, temos até as décadas de 1920 e 1930 um predomínio de perspectivas evolucionistas, principalmente as que atrelavam noções de superioridade a determinadas raças ou criticavam qualquer tipo de mestiçagem.

A partir dos anos 1930, tem início no Brasil uma gradual profissionalização das Ciências Sociais, entre elas a Antropologia. São referências nesse processo a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que concentraram professores estrangeiros como os franceses **Claude Lévi-Strauss** e **Roger Bastide** (1898-1974), os alemães **Emilio Willems** (1905-1997) e **Herbert Baldus** (1899-1970) e o norte-americano **Donald Pierson** (1900-1995).

No Rio de Janeiro, o pernambucano **Gilberto Freyre** (1900-1987) assumiu em 1935 a primeira cátedra de Antropologia na Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Brasil. Em 1939, o alagoano **Arthur Ramos** (1903-1949) ocupou a cátedra de Antropologia na mesma universidade, que depois se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Havia um predomínio da influência norte-americana, com o início de um intercâmbio entre docentes vindos dos Estados Unidos e antropólogos brasileiros, fazendo prevalecer nesse momento uma perspectiva cultural, atrelada à ideia de aculturação.

Uma questão importante era a integração das populações imigrantes à vida nacional, daí a preocupação com a “aculturação”, ideia derivada do conceito de cultura de Franz Boas e desenvolvida por alguns de seus alunos.

Esse foi também um período de grandes teorias sobre a formação do Brasil, como as de Gilberto Freyre. O autor pernambucano afirmava ter sido muito influenciado por Boas, de quem foi aluno na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

A novidade desse momento foi a inversão dramática das hierarquias raciais e do pessimismo em relação ao povo brasileiro que caracterizara o período anterior.

Para Gilberto Freyre, a mestiçagem brasileira era justamente o trunfo de uma nova civilização lusotropical. Além da perspectiva de Freyre, estudos de Arthur Ramos e Roger Bastide, entre outros, romperam com a tradição racializada adotando um tom formalmente não racista.

12. 2 Antropologia e cultura popular

Outra tendência marcante da antropologia brasileira é exemplificada no conjunto de trabalhos conhecidos como “estudos de comunidade”. Nas décadas de 1950 e 1960, muitos antropólogos se dedicaram a estudar, como vinham fazendo em comunidades indígenas, pequenas cidades ou vilas caracterizadas por uma transição entre ruralidade e urbanidade.

Esses intelectuais buscavam descrever aquelas comunidades como totalidades integradas e tendiam a desprezar as conexões entre elas e o restante da sociedade nacional. Partindo da mesma tradição norte-americana que influenciava a antropologia brasileira, esses estudos demarcaram outra característica relevante ao pensamento social da época: uma preocupação com o desenvolvimento.

Cidades como Cunha (SP), Itapetininga (SP), Cruz das Almas (RJ) e Rio das Contas (BA), entre várias outras, foram objeto de estudo, alguns deles coordenados por antropólogos norte-americanos, como **Charles Wagley** (1913-1991), ex-aluno de Boas.

A mudança cultural era o interesse central desses estudos, dos quais muitos resultaram de projetos maiores, que objetivavam compor uma análise ampla da sociedade brasileira, uma espécie de mosaico ou panorama que revelasse as relações entre cultura popular e urbanização, campo e cidade, atraso e desenvolvimento.

Os estudos de comunidade podem ser relacionados aos estudos de aculturação, já que as duas perspectivas se preocupavam com os processos de transformação social, associados às diferenças culturais.

De um lado, foco nas culturas populares rurais; de outro, foco nas populações de imigrantes em suas próprias “comunidades”. A questão central era a transformação social e cultural pela qual passava a sociedade brasileira, numa urbanização crescente, a culminar com o desenvolvimento industrial a partir da década de 1960.

Esses intelectuais respondiam a questões da mesma ordem que os intelectuais do período anterior: queriam entender a população brasileira nos contextos das suas transformações.

Entre as décadas de 1930 e de 1960, também foram feitos no Brasil estudos de caráter funcionalista. Principalmente em relação às populações indígenas, o foco passou a ser o estudo do funcionamento das sociedades.

O paulista **Florestan Fernandes** e o catarinense **Egon Schaden** (1913-1991), por exemplo, desenvolveram trabalhos que buscavam analisar as sociedades como totalidades integradas, a exemplo dos estudos de Malinowski e Radcliffe-Brown.

Também em relação ao que era então chamado de “folclore”, ou seja, as manifestações culturais das camadas populares da sociedade, esse período de transição foi marcado por uma renovação funcionalista. Se boa parte dos trabalhos anteriores sobre o assunto era meramente descritiva e preocupada em relacionar as práticas a antigas heranças culturais, os novos estudos tinham como foco a mudança social.

Na década de 1960, Florestan Fernandes e Octavio Ianni produziram trabalhos em que a cultura popular deixava de ser um “vestígio” do passado e passava a ser vista como manifestação legítima da cultura de camadas populares, em processo de atualização e modificação em consequência da urbanização e modernização do país.

A partir da década de 1960, começou a crescer o número de cientistas sociais no Brasil, o que resultou numa produção de conhecimento mais sistemática e mais informada por modelos teóricos reconhecidos.

Foram deixados para trás o “ensaísmo” intelectual do começo do século e a fase de transição (de 1930 a 1960), marcada ainda por um pequeno número de pesquisadores. A Antropologia realizada a partir de 1960 destacou novos objetos de pesquisa. Em lugar das comunidades isoladas, entraram em cena o campesinato, os assalariados rurais, os trabalhadores urbanos, as frentes de expansão, a migração do campo para a cidade e a vida nas favelas.

As abordagens teóricas também se diversificaram segundo as diferentes linhas de formação dos antropólogos, ganhando destaque o estruturalismo francês e as teorias da etnicidade e do contato interétnico, de inspiração inglesa e norte-americana.

12.3 A Consolidação da antropologia brasileira

A partir dos anos 1960, ganham destaque antropólogos como **Roberto Cardoso de Oliveira** (1928-2006), **Roberto DaMatta** (1936-), **Darcy Ribeiro** (1922-1997), **Eunice Durham** (1932-), **Gilberto Velho** (1954-2012), entre outros, todos formados pela geração anterior.

Os objetos de estudo abrangem uma variação de interesses cada vez maior: a Antropologia se volta para temas diversos na cidade, no campo e entre as populações indígenas.

Duas preocupações ainda são marcantes: os efeitos da urbanização e da industrialização e as populações em situação marginal. Entretanto, a modernização do Brasil altera a situação dos camponeses, que passam a encontrar novas formas de trabalho assalariado no campo. O deslocamento para as cidades produz novos coletivos desfavorecidos socialmente, como os moradores de favelas e periferias urbanas.

As populações indígenas são fortemente afetadas pelo avanço da sociedade nacional sobre seus territórios ancestrais. Também a questão do gênero e da discriminação das mulheres passa a ser objeto de reflexão antropológica. Antigos temas, como as relações raciais, continuam importantes, ainda que sob novas perspectivas.

Uma diferença marcante em relação ao período anterior, ligada ao uso mais sistemático da categoria “etnicidade”, é que os antropólogos não mais imaginavam que populações como as indígenas (ou quilombolas, entre outras) seriam inevitavelmente “aculturadas” ou “incorporadas” à sociedade nacional.

A perspectiva anterior mais parecia um lamento pela inevitabilidade do desaparecimento de certas sociedades e de suas diferenças e especificidades, quando colocadas em contato ou confronto com a sociedade nacional.

O foco das preocupações gradualmente se transforma: não mais se olha para essas populações do ponto de vista do Estado nacional, mas sim do ponto de vista das próprias sociedades. Entretanto, esse movimento ainda se direcionava ao entendimento da sociedade nacional, para a qual, segundo afirmava Roberto Cardoso de Oliveira, o indígena, por exemplo, aparecia como “um incômodo”.



Nascido na cidade de São Paulo, **Roberto Cardoso de Oliveira** graduou-se em Filosofia pela USP, em 1953. Mais tarde, voltou seus estudos para as Ciências Sociais, tendo completado seu doutorado em 1966, sob a orientação de Florestan Fernandes.

Logo após sua formatura, foi convidado por Darcy Ribeiro para trabalhar no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), depois transformado em Fundação Nacional do Índio (Funai). Ali trabalhou no Museu do Índio, onde se aproximou da Antropologia. Sob a influência de Darcy Ribeiro e das teorias de assimilação cultural, em 1955 fez sua primeira experiência de campo entre os Terena (grupo indígena de Mato Grosso do Sul), que resultou no livro *O processo de assimilação dos Terena*, publicado em 1960.

A partir de 1958 ingressou no Museu Nacional, onde iniciou um trabalho sistemático de ensino de Antropologia social. Criou cursos de formação que se tornaram o embrião da pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional, hoje um dos principais do Brasil.

Criou depois o programa de pós-graduação em Antropologia na Universidade de Brasília (UnB) e doutorado em Ciências Sociais na Universidade de Campinas (Unicamp). Na década de 1960, coordenou vários projetos dedicados ao estudo do que chamava de “fricção interétnica”, ou seja, a tensão gerada pelo avanço da sociedade nacional aos territórios de populações indígenas que viviam em relativo isolamento.

Nesses trabalhos, o foco eram os processos de transformação das sociedades afetadas pela expansão do capitalismo no Brasil. Seus estudos seguiram orientações variadas, tanto inglesas (a partir do trabalho de Florestan Fernandes) como francesas, com influência do estruturalismo de Lévi-Strauss.

Na década de 1970 interessou-se pela identidade étnica; nos anos 1980 passou a discutir a epistemologia da Antropologia e publicou textos sobre a história da disciplina antropológica.

Considerado um dos fundadores da antropologia brasileira pelo destaque de suas atividades docentes e institucionais, influenciou gerações de antropólogos com suas ideias sobre fricção interétnica, identidade étnica e epistemologia da Antropologia.

Partindo do interesse pelo contato interétnico, os estudos passaram a observar a política interna das populações indígenas, profundamente afetadas pelo contato com o homem branco. Os processos que levaram populações indígenas a se urbanizar foram também examinados. Como já vimos, o conceito de etnicidade se refere sempre à diferenciação entre grupos colocados em contraste.

A noção de etnia possibilitou aos antropólogos desse período uma reflexão sistemática sobre as populações em estudo: permitiu entender as relações raciais, as populações indígenas, os imigrantes e seus descendentes.

Nos estudos da antropologia indígena (também conhecida no Brasil como “etnologia” indígena) cresceu a influência do trabalho de Lévi-Strauss, e tanto os mitos como os rituais passaram a ser objeto de análise sistemática. Nesse contexto, a antropologia brasileira passa a buscar uma dimensão mais abrangente, refletindo sobre o avanço do capitalismo no universo rural e a emergência de um proletariado rural, entre outros temas. Estudos com foco mais restrito também foram conduzidos, mudando o interesse de estudos de comunidade para estudos em comunidade, focando aspectos como religiosidade, hábitos alimentares, etc.

A dimensão que corresponderia a uma estrutura social clássica (como em Radcliffe-Brown) perde

espaço quando a Antropologia foca as populações não indígenas: fica cada vez mais difícil considerar comunidades como isoladas ou fechadas, ou seja, como supostas unidades de análise. Entretanto, assim como a Antropologia do começo do século XX e a do final do século XIX, a Antropologia do período de institucionalização acadêmica (quando se criam os programas de pós-graduação) continua comprometida em entender e explicar a sociedade brasileira.

Diferenças de outros tipos, como as existentes entre pobres e ricos, mulheres e homens, homossexuais e heterossexuais, também demandavam novos conceitos e novas análises.

A partir da década de 1970, o conceito de identidade passou a ser uma referência principalmente nos contextos citados acima e nos casos em que essas demarcações e diferenças coexistiam em um mesmo contexto. Por exemplo, as relações urbanas em que as diferenças de renda e de etnia estão presentes, suscitaram o uso do conceito de identidade em conjunto com o de etnicidade.

Dos anos 1980 em diante, o que marca a antropologia brasileira é justamente essa grande variedade de olhares sobre as diferenças: estudos sobre relações de gênero, sobre opções sexuais e identidade, sobre identidade de grupos urbanos, sobre antigas e novas religiões.

O número de antropólogos formados aumentou exponencialmente. Na década de 1950, uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia reunia cerca de sessenta pessoas, nos dias de hoje congrega mais de 2.500 pessoas.

Num universo tão maior, é claro que os objetos de pesquisa serão cada vez mais variados. As influências do mundo contemporâneo também se fazem sentir: estudos sobre relações sociais na internet, sobre novas tecnologias reprodutivas, sobre novos campos da ciência, etc.

Outra característica da Antropologia mais recente foi o crescimento vertiginoso da antropologia urbana (que veremos a seguir) em detrimento da tradicional antropologia indígena. Podemos dizer que dois campos se constituíram, inclusive com nomes diferentes: os cientistas que estudam indígenas se dizem etnólogos, enquanto os que realizam pesquisas urbanas chamam-se antropólogos.

Em alguns momentos, a antropologia urbana se confunde com uma sociologia urbana, e é comum a circulação de pesquisadores nos dois campos.

Essa “massificação” da Antropologia gerou novas perspectivas teóricas na etnologia brasileira, francamente críticas à ideia do contato interétnico. Segundo essas críticas, a ideia do contato remete sempre à sociedade nacional, pois faz do contato (e do branco) o agente principal da análise da vida dos indígenas. Para esses etnólogos, a compreensão das sociedades indígenas deve fundamentar-se nos termos

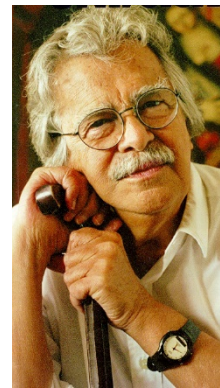
dos próprios grupos indígenas, analisando suas cosmologias e modos de ver o mundo não pelo viés e pelos termos e modelos da “sociedade dos brancos”.

Embora em termos numéricos a Etnologia tenha diminuído em relação à antropologia urbana, em termos de impacto internacional a ordem é inversa: a etnologia brasileira teve e ainda tem impacto internacional muito maior. Por outro lado, está em curso um avanço das relações entre as diversas antropologias nacionais: os antropólogos brasileiros têm circulado mais e se empenhado em conectar universos diferentes, como por exemplo o estreitamento de conexões “sul-sul”, ou seja, entre países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. Assim, o século XXI é marcado pela internacionalização e pela circulação da antropologia brasileira.

12.3.1 Explicando a sociedade brasileira

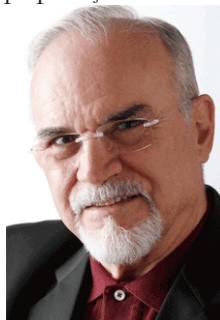
A explicação da sociedade nacional foi e continua sendo uma característica da antropologia brasileira. Gilberto Freyre inaugurou essa tradição com seus estudos sobre a família e a produção agrícola no Nordeste brasileiro, recorrendo a explicações culturalistas que indicavam uma especificidade da colonização portuguesa, que teria gerado um país menos preconceituoso que os demais.

Para Freyre, o fato de Portugal ser ele mesmo um país mestiço, devido à ancestral presença moura (árabe), possibilitou a criação de um modelo de colonização menos racializado. No final do século XX, essa tradição foi revisitada por dois importantes autores: Darcy Ribeiro e Roberto DaMatta.



Em seu livro *O povo brasileiro* (1995), **Darcy Ribeiro** pretende explicar a gênese da especificidade brasileira, a um só tempo diversa e semelhante, etnicamente variada e misturada de inúmeras maneiras, mas sentindo-se como uma única etnia.

Essencialmente otimista, Darcy oferece uma perspectiva pós-freyriana, destacando a beleza do povo brasileiro. O livro é uma descrição de toda a história do Brasil do ponto de vista da formação de sua população.



Já **Roberto DaMatta**, com seu *Carnavais, malandros e heróis* (1979), produziu uma análise sobre o que define o Brasil a partir de uma influência estruturalista. DaMatta pressupõe o Brasil como algo entre uma sociedade completamente hierárquica (como a indiana) e uma sociedade

individualista (como a norte-americana). O Brasil seria um país hierárquico, mas também individualista, e as oscilações entre esses polos marcariam a experiência dos brasileiros.

DaMatta afirma que a oposição entre a casa (espaço de convívio das famílias) e a rua (lugar do convívio público) definiriam as relações no Brasil. O espaço da casa seria o espaço da hierarquia, onde todas as pessoas são colocadas em um sistema de relações familiares. E a rua seria o espaço da individualidade, da igualdade entre os indivíduos.

Os fenômenos brasileiros, entretanto, seriam sempre marcados pela erupção de hierarquias onde deveria haver igualdade. Assim se explicam desde ritos como o Carnaval e as paradas militares até práticas cotidianas de discriminação, como as afirmações de autoridade do tipo: “você sabe com quem está falando?”.

12.4 Antropologia e relações raciais

Antes de discutir a antropologia urbana brasileira, vamos acompanhar a trajetória de um tema específico, muito importante para a história da Antropologia: as relações raciais. Podemos ver através desse exemplo um pouco das transformações da Antropologia no Brasil.

O tema do “negro” ganhou destaque no século XIX com o processo de abolição da escravatura, que teve início em 1850, com a proibição do tráfico negreiro, avançou com a Lei do Ventre Livre, em 1871, seguida pela Lei dos Sexagenários, em 1885, e, finalmente, com a abolição da escravidão, em 1888 (em algumas províncias a abolição ocorreu antes de 1888).

Nesse contexto, a população negra passou a representar um problema para as elites brancas: o que fazer com os negros livres, libertos e com os mestiços?

Essa pergunta foi respondida tanto com base no darwinismo social adaptado à realidade brasileira (que via os negros e mestiços como entraves ao desenvolvimento) como a partir das teorias mais otimistas da miscigenação, segundo as quais, com o tempo e se fosse evitada a entrada de mais negros no Brasil, o país lentamente “embranqueceria”.

Um dos principais pensadores desse período foi o médico-legista baiano Nina Rodrigues da Escola de Medicina de Salvador.

Influenciado pelas teorias eugênicas (relativo à eugenia, ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana) do século XIX, Nina Rodrigues acreditava que o negro era um contaminador da nação. Ainda assim, desenvolveu pesquisas sobre a cultura negra na Bahia.

Nesse momento, as pesquisas procuravam conectar as expressões da cultura negra com suas origens na África, numa perspectiva evolucionista e racializada.

O período viu nascerem algumas explicações gerais sobre o Brasil, pensado como nação, como veremos no capítulo 9. Uma dessas explicações, contudo, transformava a miscigenação em vantagem civilizatória.

Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande e Senzala*, publicado em 1933, afirmava que a especificidade na civilização brasileira eram as relações sociais harmônicas, sem os conflitos permanentes que existiam em outros lugares. Influenciado por Franz Boas, o autor pernambucano recusou o discurso do darwinismo social e destacou o Brasil como uma espécie de paraíso racial. Essa tendência durou até as décadas de 1920 e 1930.

O alagoano Arthur Ramos foi outro intelectual que se dedicou ao estudo das populações negras, na década de 1940. Acreditava que tínhamos relações raciais menos tensas que as norte-americanas e via o Brasil como uma espécie de laboratório de civilização menos preconceituosa.

Afirmava também que até aquele momento as reflexões sobre as relações raciais no Brasil eram ensaísticas, isto é, ideias sem comprovação científica que as legitimasse. Quando assumiu o departamento de Ciências Sociais da UNESCO, em 1949, Arthur Ramos propôs à entidade um programa de estudos sobre as relações raciais no Brasil.

Esse programa, que ficou conhecido como Programa Unesco, marcou o pensamento sobre as relações raciais brasileiras entre as décadas de 1950 e 1970.

Sob a influência do movimento negro brasileiro e contando com uma série de estudos comparativos realizados com base em métodos reconhecidos (como o trabalho de campo, a produção de *surveys* e a análise de estatísticas), desenhou-se um novo cenário sobre as relações raciais brasileiras.

O projeto deixou claro que a democracia racial era um mito: a realidade brasileira não se configurava como um paraíso racial. Negros e mestiços continuavam a ser discriminados, tinham menos oportunidades de trabalho e condições de vida inferiores às dos brancos.

Por outro lado, essas novas pesquisas evidenciaram também que as relações raciais no Brasil eram diferentes das de outros contextos, marcando uma comparação, até hoje importante, com o sistema racial norte-americano.

No Brasil, o preconceito ficou conhecido como “de marca”, ou “de cor”, ou seja, manifesta-se com base em uma gradação da cor da pele, é bastante flexível e variável conforme a região do país. É diferente do preconceito “de origem”, característico do sistema norte-americano, em que basta ter um ascendente negro para ser considerado negro, independentemente da cor da pele.

O Projeto Unesco marcou também uma divergência entre a sociologia e a antropologia brasileiras quanto às relações raciais. As pesquisas conduzidas em São Paulo, principalmente, deram origem a um grupo de estudiosos que ficou conhecido como “Escola Paulista de Sociologia”, que tendia a ver nas relações raciais um problema a ser dissolvido num sistema de classes sociais.

As perspectivas antropológicas, por outro lado, preocupadas com a cultura negra, perdiam espaço para uma discussão marxista sobre classes sociais. Ou seja, o ponto de vista dos marxistas prevaleceu nesse período.

Apesar dessas discordâncias, a Antropologia continuou a produzir conhecimento sobre a cultura negra, principalmente sobre a religião afro-brasileira, grande tema de pesquisa desde o final do século XIX.

Dos anos 1980 até os dias atuais, a Antropologia tem voltado a estudar as relações raciais, principalmente a partir da noção de identidade.

As políticas de reafirmação — valorização da herança africana entre a juventude negra —, por exemplo, têm sido analisadas por antropólogos. A grande diferença é que cresceu muito o número de antropólogos negros fazendo trabalho de campo sobre o tema, o que traz novas perspectivas para o estudo das relações raciais.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que a introdução de cotas raciais no acesso às universidades públicas federais não viola a Constituição da República.

A introdução dessa medida reacendeu o debate sobre as relações raciais no país. Num campo repleto de disputas políticas, vemos antropólogos e cientistas sociais se posicionando a favor e contra as políticas de cotas. E as discussões giram justamente em torno das especificidades das relações raciais no Brasil.

Aqueles que são contrários afirmam que as cotas vão alterar para pior as relações raciais, levando para o caminho norte-americano; os que são favoráveis argumentam que uma mitologia da democracia racial deve se tornar realidade na prática cotidiana das populações discriminadas, e as cotas seriam um passo nessa direção.

12.5 Antropologia urbana

A partir do fim dos anos 1960 a cidade e suas diferentes populações passaram a constituir um novo campo de análise para a antropologia brasileira. Essa mudança de foco pode ser explicada pela crescente urbanização do país e também pelo desejo de compreender e explicar o Brasil.

Entretanto, para muitos estudiosos, os estudos de comunidade da década de 1940 já seriam antecessores de uma antropologia urbana, especialmente por terem sido inspirados pela Escola de

Sociologia de Chicago, que já nas décadas de 1920 e 1930 empreendia verdadeiras etnografias urbanas.

As diferenças que interessavam à Antropologia estavam agora na cidade, muito próximas dos antropólogos. Entretanto, essa proximidade ocasionava algumas questões importantes: se a experiência urbana de populações vindas do campo, ou mesmo de negros e mestiços, era de certa forma similar à dos próprios antropólogos, como fazer Antropologia? A Antropologia não era o estudo dos “diferentes”?

Ao olhar para realidades tão próximas, a Antropologia passou a pensar em como transformar o similar em exótico. Ou seja, pensar aqueles que se assemelhavam aos antropólogos como se fossem “estranhos”. Esse foi o lema da antropologia urbana brasileira: transformar o semelhante e parecido em diferente e, a partir daí, fazer Antropologia.

Esse deslocamento possibilitou o estudo das experiências urbanas de populações desfavorecidas e logo se mostrou útil para pensar também a experiência urbana das camadas médias e altas da sociedade brasileira.

A Antropologia passou a se interessar também pelo contexto de vida em que estavam imersos os próprios antropólogos: no caso, principalmente as camadas médias urbanas.

O mesmo movimento possibilitou ainda que a proximidade fosse vista como objeto de análise em outras dimensões além das de diferença de renda: antropólogas feministas passaram a estudar a opressão da mulher, antropólogos e antropólogas homossexuais passaram a estudar as relações de gênero e as diversas sexualidades, antropólogos negros se dedicaram a estudar as relações raciais, e assim por diante.

O movimento fundamental de “tornar exótico” aquilo que é próximo tornou possível uma antropologia urbana também militante e que de forma geral se aproxima dos movimentos sociais. Essa antropologia assumiu uma feição prática, de luta política em favor dos direitos de populações discriminadas.

Não por acaso, esse momento da antropologia brasileira coincide com o desenvolvimento dos movimentos sociais no Brasil.

Como precursores da antropologia urbana brasileira podemos destacar Gilberto Velho, no Rio de Janeiro, e Eunice Durham e Ruth Cardoso (1930-2008), em São Paulo.

O trabalho clássico de Eunice Durham, *A caminho da cidade* (1973), reflete sobre a migração a partir da vivência dos migrantes e dos significados que eles atribuem a esse processo. Esse estudo tem inspiração funcionalista, com grande influência de Florestan Fernandes.

Posteriormente, Eunice Durham e Ruth Cardoso desenvolveram, em conjunto, estudos sobre movimentos sociais. Gilberto Velho também foi pioneiro ao estudar as classes médias urbanas no Rio de

Janeiro, fazendo uma antropologia muito influenciada pela **escola de Chicago**.

Em todos esses trabalhos, o processo de urbanização e industrialização da década de 1970 aparecia como pano de fundo, tanto na constituição de novas classes populares como de novas classes médias.

Mais recentemente, a antropologia urbana tem se dedicado a uma variedade enorme de temas, entre os quais se destacam a violência nas periferias — também resultado da urbanização desordenada e do crime organizado, principalmente o tráfico de drogas; o lazer das classes populares; as diferentes “tribos urbanas” — como *punks*, vegetarianos, *skinheads* estudos sobre doença e saúde; sobre sexualidade e gênero; entre outros.

As discussões sobre sexualidade e relações de gênero ganharam dimensões políticas importantes, num contexto marcado pela discriminação e pela violência contra mulheres, homossexuais e travestis.

O debate sobre as relações de gênero, relacionado com o desenvolvimento de lutas feministas no Brasil, ganhou destaque a partir da década de 1970, sendo integrado à Antropologia através da criação de centros de pesquisa e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação.

Em termos gerais, a noção de gênero busca pensar a relação entre homens e mulheres como relacional e flexível (ou seja, homem e mulher são categorias que variam, não descrições de uma realidade biológica). Essa é uma forma de desnaturalizar a relação entre homens e mulheres, historicamente comandada por determinações biológicas.

Os termos usados são “masculinidade” e “feminilidade”, pois descrevem estilos e processos diferentes conforme o contexto: isto é, existem diferentes “masculinidades” e diferentes “feminilidades”.

Uma derivação dos estudos de gênero são os que tratam de “identidades sexuais”, marcando também uma luta política de antropólogos homossexuais em busca de reconhecimento de direitos e no combate à discriminação.

Esses trabalhos questionam aquilo que denominam “heteronormatividade”, ou seja, a visão de que o normal e o correto seriam as relações heterossexuais (entre homens e mulheres). Tais estudos produzem uma desnaturalização das relações tidas como normais, abrindo espaço para que outras relações (como as homoafetivas) sejam consideradas legítimas.

Como vimos, a antropologia brasileira contemporânea apresenta um leque extenso e variado de preocupações, assim como a Sociologia e a Ciência Política praticadas no Brasil contemporâneo, que discutiremos posteriormente.

Quanto à especificidade da antropologia urbana, a passagem das diferenças “distantes” para as diferenças “próximas” é uma característica importante.

QUESTÕES

01. A Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolveu o projeto “Comunidades Negras de Santa Catarina”, que tem como objetivo preservar a memória do povo afrodescendente no sul do país. A ancestralidade negra é abordada em suas diversas dimensões: arqueológica, arquitetônica, paisagística e imaterial. Em regiões como a do Sertão do Valongo, na cidade de Porto Belo, a fixação dos primeiros habitantes ocorreu imediatamente após a abolição da escravidão no Brasil. O Iphan identificou nessa região um total de 19 referências culturais, como os conhecimentos tradicionais de ervas de chá, o plantio agroecológico de banana e os cultos adventistas de oração.

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14256&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acesso em: 1 jun.2009 (com adaptações).

Na relação entre cultura e memória, é possível identificar:

- A composição étnica nacional só evidencia aspectos culturais ligados aos brancos.
- A permanência de valores culturais afrodescendentes impediu o desenvolvimento econômico na região.
- A falta de interesse nacional pelo estudo dos Quilombos não nos permite apreciar o legado da Etnia negra no nosso país.
- A cultura negra sempre se desenvolveu de forma isolada, por isso seus costumes não nos contagiaram.
- A identidade e a diversidade cultural do país sofreu de forma positiva uma grande contribuição afrodescendente.

02. “Os negros passaram a fazer parte da História do Brasil no penúltimo ano do governo de Tomé de Sousa, em 1552, tornando-se o país um mercado crescente para os negreiros e chegando o número de escravos para cá trazidos a cerca de 4 milhões – 40% do total importado pelas Américas.”

História Viva – Temas Brasileiros, p. 6.

Identifique a opção que indica apenas manifestações da cultura de origem africana.

- Carnaval, capoeira e festa de São João.
- Congada, vaquejada e Círio de Nazaré.
- Maxixe, festejos juninos e fado.
- Congada, candomblé e capoeira.
- Fado, maracatu e carnaval.

03. Surgimos da confluência, do entrelaço e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliados como escravos. Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um

povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. [...] Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros.

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p.19. (Adaptado)

Dentre as contribuições do patrimônio ameríndio e africano apropriadas por essa nova sociedade à qual Darcy Ribeiro se refere, é possível destacar:

- A) táticas de defesa militar, eficazes contra o invasor europeu durante séculos, e um sistema de construção de moradias coletivas.
- B) crenças e mitologias nativas, prontamente oficializadas pelo colonizador, além da prática frequente da higiene pessoal.
- C) a preocupação em se preservar as riquezas naturais aliada a uma concepção sóbria e pessimista das agruras impostas pela vida.
- D) a disposição das leis segundo uma tradição consuetudinária e a valorização dos antepassados por meio de rituais sagrados.
- E) termos, sotaques e expressões de uso cotidiano, bem como o emprego de determinados alimentos e técnicas na culinária popular.

04. “A sociedade colonial brasileira herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social. (...) As distinções essenciais entre fidalgos e plebeus tenderam a nivelar-se, pois o mar de indígenas que cercava os colonizadores portugueses tornava todo europeu, de fato, um gentil-homem em potencial. A disponibilidade de índios como escravos ou trabalhadores possibilitava aos imigrantes concretizar seus sonhos de nobreza. (...) Com índios, podia desfrutar de uma vida verdadeiramente nobre. O gentio transformou-se em um substituto do campesinato, um novo estado, que permitiu uma reorganização de categorias tradicionais. Contudo, o fato de serem aborígenes e, mais tarde, os africanos, diferentes étnica, religiosa e fenotipicamente dos europeus, criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor.”

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos.

A partir do texto, pode-se concluir que

- A) a diferenciação clássica e medieval entre clero, nobreza e campesinato, existente na Europa, foi transferida para o Brasil por intermédio de Portugal e

se constituiu no elemento fundamental da sociedade brasileira colonial.

B) a presença de índios e negros na sociedade brasileira levou ao surgimento de instituições, como a escravidão, completamente desconhecida da sociedade europeia nos séculos XV e XVI.

C) os índios do Brasil, por serem em pequena quantidade e terem sido facilmente dominados, não tiveram nenhum tipo de influência sobre a constituição da sociedade colonial.

D) a diferenciação de raças, culturas e condição social entre brancos e índios, brancos e negros, tendeu a diluir a distinção clássica e medieval entre fidalgos e plebeus europeus na sociedade colonial.

E) a existência de uma realidade diferente no Brasil, como a escravidão em larga escala de negros, não alterou em nenhum aspecto as concepções medievais dos portugueses durante os séculos XVI e XVII.

5. Excerto I

“Em verdade imaginava eu que iria encontrar verdadeiros animais ferozes, homens selvagens e rudes. Enganei-me, porém, totalmente. Nos sentidos naturais, tanto internos como externos, jamais achei ninguém – indivíduo ou nação – que os superasse.”

(D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1975. (p. 243) Sobre os povos tupi, que os portugueses encontraram pelo litoral da América do Sul nas primeiras décadas do século XVI.)

Excerto II

“De todos os lados afluem testemunhos que demonstram que as habitações dos trabalhadores nos piores bairros das cidades e as condições de vida desta classe são a origem de um grande número de doenças.”

(ENGELS, Friedrich. *A situação da Classe Operária*. São Paulo: Global, 1985 (p. 119). Sobre as condições de moradia dos trabalhadores ingleses em Londres nas primeiras décadas da Revolução Industrial.)

Em termos de atividade produtiva, os povos tupi praticavam uma agricultura rudimentar baseada no plantio da mandioca, do milho e da batata-doce, dentre outros produtos. Sua relação com a natureza estava pautada na inexistência de distinção entre homens, animais e fenômenos naturais.

A principal diferença do sistema econômico-produtivo de povos caçadores/coletores/ agricultores com os tupi para com aquele das sociedades industriais contemporâneas consiste basicamente

A) na concepção de que a natureza deve ser submetida às necessidades humanas ou preservada, em nome dessas mesmas necessidades.

B) na tese de que a produção artesanal, de pequena escala, pode suplantar a tendência de esgotamento dos recursos naturais, implementada pela industrialização.

- C) no uso abusivo de recursos naturais renováveis, que tendem a degradar o meio ambiente e prejudicar a sobrevivência dos ecossistemas naturais.
- D) no desenvolvimento de uma agricultura diversificada, assentada na produção em larga escala e realizada no sistema de agricultura familiar.
- E) na ideia de que o homem está inexoravelmente submetido aos ditames da natureza e a disponibilidade seletiva de recursos naturais.

06. Por Nossa Senhora, meu sertão querido Vivo arrependido por ter te deixado Esta nova vida aqui na cidade De tanta saudades, eu tenho chorado Aqui tem alguém, diz que me quer bem Mas não me convém, eu tenho pensado Eu fico com pena, mas essa morena Não sabe o sistema que eu fui criado Tô aqui cantando, de longe escutando Alguém está chorando com o rádio ligado

Adaptado de: Belmonte e Goiá. Saudades da Minha Terra. Com base no texto e nos conhecimentos socioantropológicos acerca das identidades culturais, considere as afirmativas a seguir.

- I. Por serem construções individuais, as identidades se dissolvem e desaparecem em contextos socioespaciais diferentes.
- II. A resistência do homem do campo à cidade está ligada às dificuldades que enfrenta para conviver em espaços onde existem instituições a serem seguidas.
- III. A dinâmica social da cidade é mais fluida, sendo, contudo, insuficiente para suprimir a memória coletiva do migrante.
- IV. O deslocamento do homem rural para as cidades exige a reelaboração de normas e valores de comportamento.
- Assinale a alternativa correta.
- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

07. De acordo com Darci Ribeiro: “[...] o primeiro processo civilizatório humano fundado na Revolução Industrial vai impondo tamanhas alterações nos modos de ser das sociedades humanas que acaba por integrá-las todas num só sistema interativo e por configurar uma nova formação sócio-cultural, também bipartida em dois complexos tecnologicamente defasados e economicamente contrapostos, mas complementares: o superior, constituído pela aceleração evolutiva de algumas nações capitalistas-mercantis à condição de centros de dominação imperialista industrial; o inferior, constituído através de movimentos de atualização

histórica que provocam tanto a redistribuição de áreas coloniais entre as novas potências como o surgimento de uma nova forma de dependência: o Neocolonialismo”.

RIBEIRO, D. O processo civilizatório. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 152-153.

São exemplos de países pertencentes ao primeiro grupo citado pelo autor:

- a) Alemanha e Japão.
- b) Inglaterra e França.
- c) Brasil e África do Sul.
- d) Estados Unidos e Rússia.
- e) Portugal e Espanha.

08. (UFU 2009) A partir dos anos 1980, no Brasil e em muitos países, há uma nova preocupação sociológica e cultural com as formas pelas quais a juventude ocupa o espaço público com as chamadas “tribos urbanas”, constituídas, notadamente, por *punks* e *darks* e, posteriormente, por muitas outras identidades juvenis. Uma via de interpretação a respeito deste fenômeno trata de sua comparação com os movimentos juvenis da década de 1960 no Ocidente. Entre as novas abordagens presentes no Brasil acerca da juventude, destacam-se aquelas que se contrapõem às explicações funcionalistas, bem como se afastam de influências marxistas.

Sobre essas novas abordagens, é correto afirmar:

- A) as novas tribos urbanas da década de 1980 permitem sustentar a constatação de que a juventude é um risco para a sociedade e que as manifestações culturais juvenis são tanto fatores de anomia das estruturas sociais quanto resultado da desagregação familiar.
- B) a década de 1980 representou uma radicalização dos ideais revolucionários da juventude da década de 1960, de modo a confirmar seu potencial contestador e emancipatório, com vistas a um projeto de sociedade livre das estruturas sociais que oprimem o indivíduo.
- C) a interação com a indústria cultural e com os meios de comunicação de massa, as formas de lazer, os estilos, a apropriação, criação e reprodução cultural são elementos constitutivos das identidades juvenis desde o período posterior à Segunda Guerra Mundial.
- D) a indústria cultural e os meios de comunicação em massa são eficientes sistemas de controle social na modernidade, por meio da homogeneização e da alienação das identidades juvenis, cujo resultado é a passividade e a despolitização dos indivíduos.

09. (UEM 2008) Sobre o tema da diversidade étnica, as teorias sociológicas afirmam que, na cultura brasileira, 01) o futebol pode ser pensado como símbolo de nacionalidade que ultrapassa as barreiras existentes entre diferentes grupos sociais, tornando possível a um indivíduo como Pelé condensar o que seria o estilo brasileiro de jogar.

02) o processo de miscigenação pelo qual passou a sociedade brasileira não teve reflexos em nossa culinária, tornando a feijoada e a caipirinha, respectivamente, prato e bebida típicos apenas para baianos e cariocas.

04) o contato interétnico é um fenômeno que ocorreu somente no período colonial e foi fundamental para manutenção dos rituais religiosos de algumas tribos indígenas.

08) o carnaval possibilita o encontro de diferentes grupos étnicos e sociais, subvertendo, ainda que momentaneamente, as hierarquias presentes na sociedade brasileira.

16) o futebol, a culinária e o carnaval são práticas culturais que mascaram a existência das desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade brasileira; por isso, não devem ser tomados como objeto de estudo pela sociologia.

10. (UEM 2009) Considerando o papel das sociedades indígenas no processo de formação da diversidade étnica brasileira, assinale o que for **correto**.

01) O trabalho nessas sociedades é marcado por três elementos básicos: relações de parentesco, obrigações rituais e míticas e falta de separação entre atividades produtivas e lúdicas.

02) Para além da diversidade de comunidades, de grupos e de nações indígenas, é possível identificar o “índio brasileiro” como portador de uma identidade étnica única.

04) As populações indígenas gastam pouco tempo executando tarefas voltadas à satisfação de suas necessidades materiais e sociais, porque são naturalmente mais vagarosas.

08) O contato interétnico entre índios e brancos, durante o processo de colonização da sociedade brasileira, provocou o genocídio de diversas populações indígenas, revelando que essas relações foram reguladas pela violência.

16) As posturas colonialistas partiam da oposição entre “primitivos” e “civilizados”, o que fez que a contribuição dos povos indígenas ao processo de formação da sociedade brasileira fosse identificada como sinal de atraso.

QUESTÕES ENEM

1. (2014) O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo padrão originário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa Setentrional antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão cuja planta se tornou doméstica na Índia. No restaurante, toda uma série de elementos tomada de empréstimo o espera. O prato é feito de uma espécie de cerâmica inventada na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez na Índia do Sul; o garfo é inventado na Itália medieval; a colher vem de um

original romano. Lê notícias do dia impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas, em material inventado na China e por um processo inventado na Alemanha.

LINTON. R. O homem: uma introdução à antropologia. São Paulo: Martins. 1959 (adaptado).

A situação descrita é um exemplo de como os costumes resultam da

- assimilação de valores de povos exóticos.
- experimentação de hábitos sociais variados.
- recuperação de heranças da Antiguidade Clássica.
- fusão de elementos de tradições culturais diferentes.
- valorização de comportamento de grupos privilegiados.

2. (2014) Queijo de Minas vira patrimônio cultural brasileiro. O modo artesanal da fabricação do queijo em Minas Gerais foi registrado nesta quinta-feira (15) como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O veredicto foi dado em reunião do conselho realizada no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. O presidente do Iphan e do conselho ressaltou que a técnica de fabricação artesanal do queijo está “inserida na cultura do que é ser mineiro”.

Folha de S. Paulo, 15 maio 2008.

Entre os bens que compõem o patrimônio nacional, o que pertence à mesma categoria citada no texto está representado em:

a)



Mosteiro de São Bento (RJ)

b)



Tiradentes esartejado (1893), de Pedro Américo

c)



Ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES)

d)



Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Ouro Preto (MG)

e)



Sítio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche (SC)

4. (2013) Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro, Bahia apud DEL PRIORE, M. Festas e utopias no Brasil colonial. In: CATELLI JR, R. Um olhar sobre as festas populares brasileiras. São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, as festas da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de

- exclusão social.
- imposição religiosa.
- acomodação política.
- supressão simbólica.
- ressignificação cultural.

5. (2013) No final do século XIX, as Grandes Sociedades carnavalescas alcançaram ampla popularidade entre os foliões cariocas. Tais sociedades cultivavam um pretensioso objetivo em relação à

comemoração carnavalesca em si mesma: com seus desfiles de carros enfeitados pelas principais ruas da cidade, pretendiam abolir o entrudo (brincadeira que consistia em jogar água nos foliões) e outras práticas difundidas entre a população desde os tempos coloniais, substituindo-os por formas de diversão que consideravam mais civilizadas, inspiradas nos carnavais de Veneza. Contudo, ninguém parecia disposto a abrir mão de suas diversões para assistir ao carnaval das sociedades. O entrudo, na visão dos seus animados praticantes, poderia coexistir perfeitamente com os desfiles.

PEREIRA, C.S. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, M.C.P. Carnavais e outras festas: ensaios de história social da cultura. Campinas: Unicamp; Cecult, 2002 (adaptado).

Manifestações culturais como o carnaval também têm sua própria história, sendo constantemente reinventadas ao longo do tempo. A atuação das Grandes Sociedades, descrita no texto, mostra que o carnaval representava um momento em que as

- distinções sociais eram deixadas de lado em nome da celebração.
- aspirações cosmopolitas da elite impediam a realização da festa fora dos clubes.
- liberdades individuais eram extintas pelas regras das autoridades públicas.
- tradições populares se transformavam em matéria de disputas sociais.
- perseguições policiais tinham caráter xenófobo por repudiarem tradições estrangeiras.

10. (2010) Populações inteiras, nas cidades e na zona rural, dispõem da parafernália digital global como fonte de educação e de formação cultural. Essa simultaneidade de cultura e informação eletrônica com as formas tradicionais e orais é um desafio que necessita ser discutido. A exposição, via mídia eletrônica, com estilos e valores culturais de outras sociedades, pode inspirar apreço, mas também distorções e ressentimentos. Tanto quanto há necessidade de uma cultura tradicional de posse da educação letrada, também é necessário criar estratégias de alfabetização eletrônica, que passam a ser o grande canal de informação das culturas segmentadas no interior dos grandes centros urbanos e das zonas rurais. Um novo modelo de educação.

BRIGAGÃO, C. E.; RODRIGUES, G. A globalização a olho nu: o mundo conectado. São Paulo: Moderna, 1998 (adaptado).

Com base no texto e considerando os impactos culturais da difusão das tecnologias de informação no marco da globalização, depreende-se que

- a ampla difusão das tecnologias de informação nos centros urbanos e no meio rural suscita o contato entre diferentes culturas e, ao mesmo tempo, traz a necessidade de reformular as concepções tradicionais de educação.

B) a apropriação, por parte de um grupo social, de valores e ideias de outras culturas para benefício próprio é fonte de conflitos e ressentimentos.

C) as mudanças sociais e culturais que acompanham o processo de globalização, ao mesmo tempo em que refletem a preponderância da cultura urbana, tornam obsoletas as formas de educação tradicionais próprias do meio rural.

D) as populações nos grandes centros urbanos e no meio rural recorrem aos instrumentos e tecnologias de informação basicamente como meio de comunicação mútua, e não os veem como fontes de educação e cultura.

E) a intensificação do fluxo de comunicação por meios eletrônicos, característica do processo de globalização, está dissociada do desenvolvimento social e cultural que ocorre no meio rural.

11. (2014) Parecer CNE/CP nº 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Procura-se oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas. Propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial — descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos — para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: www.semesp.org.br. Acesso em: 21 novo 2013 (adaptado).

A orientação adotada por esse parecer fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social a

- práticas de valorização identitária.
- medidas de compensação econômica.
- dispositivos de liberdade de expressão.
- estratégias de qualificação profissional.
- instrumentos de modernização jurídica.

12. (2013)

TEXTO I

Ela acorda tarde depois de ter ido ao teatro e à dança; ela lê romances, além de desperdiçar o tempo a olhar para a rua da sua janela ou da sua varanda; passa horas no tocador a arrumar o seu complicado penteado; um número igual de horas praticando piano e mais outras na sua aula de francês ou de dança.

Comentário do Padre Lopes da Gama acerca dos costumes femininos (1839) apud SILVA, T. V. Z. Mulheres, cultura e literatura brasileira. Ipotasi – Revista de Estudos Literários. Juiz de Fora, v. 2. n. 2, 1998.

TEXTO II

As janelas e portas gradeadas com treliças não eram cadeias confessas, positivas; mas eram, pelo aspecto e pelo seu destino, grandes gaiolas, onde os pais e maridos zelavam, sonegadas à sociedade, as filhas e as esposas.

MACEDO, J. M. Memórias da Rua do Ouvidor (1878). Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 20 maio 2013 (adaptado).

A representação social do feminino comum aos dois textos é o(a)

- submissão de gênero, apoiada pela concepção patriarcal de família.
- acesso aos produtos de beleza, decorrência da abertura dos portos.
- ampliação do espaço de entretenimento, voltado às distintas classes sociais.
- proteção da honra, mediada pela disputa masculina em relação às damas da corte.
- valorização do casamento cristão, respaldado pelos interesses vinculados à herança.

13. (2015) Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca

- ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

14. (2015) A Unesco condenou a destruição da antiga capital assíria de Nimrod, no Iraque, pelo Estado Islâmico, com a agência da ONU considerando o ato como um crime de guerra. O grupo iniciou um processo de demolição em vários sítios arqueológicos em uma área reconhecida como um dos berços da civilização.

Unesco e especialistas condenam destruição de cidade assíria pelo Estado Islâmico. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 30 mar. 2015 (adaptado).

O tipo de atentado descrito no texto tem como consequência para as populações de países como o Iraque a desestruturação do(a)

- homogeneidade cultural.
- patrimônio histórico.
- controle ocidental.

- d) unidade étnica.
e) religião oficial.

15. (2015) Na sociedade contemporânea, onde as relações sociais tendem a reger-se por imagens midiáticas, a imagem de um indivíduo, principalmente na indústria do espetáculo, pode agregar valor econômico na medida de seu incremento técnico, amplitude do espelhamento e da atenção pública. Aparecer é então mais do que ser; o sujeito é famoso porque é falado. Nesse âmbito, a lógica circulatória do mercado, ao mesmo tempo que acena democraticamente para as massas com supostos “ganhos distributivos”(a informação ilimitada, a quebra das supostas hierarquias culturais), afeta a velha cultura disseminada na esfera pública. A participação nas redes sociais, a obsessão dos selfies, tanto falar e ser falado quanto ser visto são índices do desejo do “espelhamento”.

SODRÉ, M. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br>. Acesso em: 9 fev. 2015 (adaptado).

A crítica contida no texto sobre a sociedade contemporânea enfatiza

- a) a prática identitária autorreferente
b) a dinâmica política democratizante
c) a produção instantânea de notícias
d) os processos difusores de informações
e) os mecanismos de convergência tecnológica

16. (2015) Quanto ao “choque de civilizações”, é bom lembrar a carta de uma menina americana de sete anos cujo pai era piloto na Guerra do Afeganistão: ela escreveu que – embora amasse muito seu pai – estava pronta a deixá-lo morrer, a sacrificá-lo por seu país. Quando o presidente Bush citou suas palavras, elas foram entendidas como manifestação “normal” de patriotismo americano; vamos conduzir uma experiência mental simples e imaginar uma menina árabe maometana pateticamente lendo para as câmeras as mesmas palavras a respeito do pai que lutava pelo Talibã – não é necessário pensar muito sobre qual teria sido a nossa reação.

ZIZEK, S. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Bom Tempo. 2003.

A situação imaginária proposta pelo autor explicita o desafio cultural do(a)

- a) prática da diplomacia.
b) exercício da alteridade.
c) expansão da democracia.
d) universalização do progresso.
e) conquista da autodeterminação.

17. (2015) A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras

duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.

ALDALBERON DE LAON, In: SPINOSA, F. **Antologia de textos históricos medievais**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

- a) Justificar a dominação estamental / revoltas camponesas.
b) Subverter a hierarquia social / centralização monárquica.
c) Impedir a igualdade jurídica / revoluções burguesas.
d) Controlar a exploração econômica / unificação monetária.
e) Questionar a ordem divina / Reforma Católica.

18. (2015) A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e essa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.

GÂNGAVO, P M. **A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (adaptado)

A observação do cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada demonstra a

- a) simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
b) dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
c) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
d) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
e) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

19. (2015) Colonizar, afirmava, em 1912, um eminente jurista, “é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza desses países, aproveitá-los no interesse nacional, e ao mesmo tempo levar às populações primitivas as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar”.

MÉRIGNHAC. **Précis de législation et d'économie coloniales**. Apud LINHARES, M. Y. **A luta contra a Metrôpole** (Ásia e África). São Paulo: Brasiliense, 1981.

A definição de colonização apresentada no texto tinha a função ideológica de

- A) dissimular a prática da exploração mediante a ideia de civilização.
- B) compensar o saque das riquezas mediante a educação formal dos colonos.
- C) formar uma identidade colonial mediante a recuperação de sua ancestralidade.
- D) reparar o atraso da Colônia mediante a incorporação dos hábitos da Metrópole.
- E) promover a elevação cultural da Colônia mediante a incorporação de tradições metropolitanas.

20. (2016.2) Ações de educação patrimonial são realizadas em diferentes contextos e localidades e têm mostrado resultados surpreendentes ao trazer à tona a autoestima das comunidades. Em alguns casos, promovem o desenvolvimento local e indicam soluções inovadoras de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural para muitas populações.

PELEGRINI, S. C. A.; PINHEIRO, A. P. (Orgs.). **Tempo, memória e patrimônio cultural**. Piauí: Edupi, 2010.

A valorização dos bens mencionados encontra-se correlacionada a ações educativas que promovem a(s)

- a) evolução de atividades artesanais herdadas do passado.
- b) representações sociais formadoras de identidades coletivas.
- c) mobilizações políticas criadoras de tradições culturais urbanas.
- d) hierarquização de festas folclóricas praticadas por grupos locais.
- e) formação escolar dos jovens para o trabalho realizado nas comunidades.

21. (2016.2) Simples, saborosa e, acima de tudo, exótica. Se a culinária brasileira tem o tempero do estranhamento, esta verdade decorre de dois elementos: a dimensão do território e a infinidade de ingredientes. Percebe-se que o segredo da cozinha brasileira é a mistura com ingredientes e técnicas indígenas. É esse o elemento que a torna autêntica.

POMBO, N. Cardápio Brasil. **Nossa História**, n. 29, mar. 2006 (adaptado).

O processo de formação identitária descrito no texto está associado à

- a) imposição de rituais sagrados.
- b) assimilação de tradições culturais.
- c) tipificação de hábitos comunitários.
- d) hierarquização de conhecimentos tribais.
- e) superação de diferenças etnoraciais.

22. (2013) A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se

quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.

MINAS GERAIS: Cadernos do Arquivo 1: Escravidão em Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas

- a) permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.
- b) perderam a relação com o seu passado histórico.
- c) derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.
- d) contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.
- e) demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.

23. (2012)

Minha vida é andar

Por esse país

Pra ver se um dia

Descanso feliz

Guardando as recordações

Das terras onde passei

Andando pelos sertões

E dos amigos que lá deixei

GONZAGA, L.; CORDOVIL, H. A vida de viajante, 1953.

Disponível em: www.recife.pe.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2012 (fragmento).

A letra dessa canção reflete elementos identitários que representam a

- A) valorização das características naturais do Sertão nordestino.
- B) denúncia da precariedade social provocada pela seca.
- C) experiência de deslocamento vivenciada pelo migrante.
- D) profunda desigualdade social entre as regiões brasileiras.
- E) discriminação dos nordestinos nos grandes centros urbanos.

24. (2013)

TEXTO I

Ela acorda tarde depois de ter ido ao teatro e à dança; ela lê romances, além de desperdiçar o tempo a olhar para a rua da sua janela ou da sua varanda; passa horas no toucador a arrumar o seu complicado penteado; um número igual de horas praticando piano e mais outras na sua aula de francês ou de dança.

Comentário do Padre Lopes da Gama acerca dos costumes femininos (1839) apud SILVA, T. V. Z. Mulheres, cultura e literatura brasileira. Ipotasi – Revista de Estudos Literários. Juiz de Fora, v. 2. n. 2, 1998.

TEXTO II

As janelas e portas gradeadas com treliças não eram cadeias confessas, positivas; mas eram, pelo aspecto e pelo seu destino, grandes gaiolas, onde os pais e maridos zelavam, sonegadas à sociedade, as filhas e as esposas.

MACEDO, J. M. Memórias da Rua do Ouvidor (1878). Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 20 maio 2013 (adaptado).

A representação social do feminino comum aos dois textos é o(a)

- submissão de gênero, apoiada pela concepção patriarcal de família.
- acesso aos produtos de beleza, decorrência da abertura dos portos.
- ampliação do espaço de entretenimento, voltado às distintas classes sociais.
- proteção da honra, mediada pela disputa masculina em relação às damas da corte.
- valorização do casamento cristão, respaldado pelos interesses vinculados à herança.

25. (2015) A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que A essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.

- essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.
- esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.
- essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.
- esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.
- essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias.

26. (2015) É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário, fizemos um povo nação,

englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: formação e sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização. Relacionando o projeto de independência à construção do Estado nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da

- ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- afirmação de um regime constitucional monárquico que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.

GABARITO**QUESTÕES**

1. a
2. c
3. a
4. 04/16
5. 01/02
6. c
7. 02/04/08/16
8. d
9. c
10. d
11. 02
12. 01/04
13. e
14. b
15. e
16. c
17. 01/02/16
18. b
19. 02/04/16
20. b
21. 01/04/16
22. b
23. b
24. b
25. e
26. 02/04/16
27. d
28. b
29. c

QUESTÕES ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

1. e
2. d
3. e
4. d

5. a
6. c
7. b
8. c
9. 1/8
10. 1/8/16

QUESTÕES ENEM

1. d
2. c
3. c
4. e
5. d
6. c
7. d
8. a
9. b
10. a
11. a
12. a
13. c
14. b
15. a
16. b
17. a
18. d
19. a
20. b
21. b
22. c
23. c
24. a
25. d
26. e